

LUCIANA MUNIZ FERREIRA

UMA ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DA POBREZA NO PARANÁ

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Prof^a Orientador: Demian
Castro

**CURITIBA
2006**

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANA MUNIZ FERREIRA

UMA ANÁLISE SOCIO-ESPACIAL DA POBREZA NO PARANÁ

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná - UFPR, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof.º Dr. Demian Castro

Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná

Membros:


Prof.º Dr. José Guilherme Silva Vieira

Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná


Prof.ª Patrícia Rosentaski de Oliveira

Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 30 de novembro de 2006

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao professor Demian Castro, por aceitar orientar meu trabalho e, principalmente, pela paciência e empenho em não me deixar desistir, quando, em alguns momentos achei que não fosse possível chegar à conclusão deste estudo.

A todos os amigos que me deram força nas horas difíceis. À Teresa, grande amiga, que muito me ajudou em minhas horas de tristeza e, facilitando a execução deste trabalho.

A Antônio Claret, meu companheiro de todas as horas, ajudando-me sempre com seu amor, paciência e conversas.

E, principalmente à Nicole, razão de minha vida, filha querida que sempre entendeu minhas ausências.

A todos, muito obrigado!

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	V
RESUMO	VI
INTRODUÇÃO	1
1 PARANÁ: UM BREVE RETROSPECTO DE SUA HISTÓRIA RECENTE (1970 – 2000)	4
1.1 OS IDOS ANOS DA DÉCADA DE 70.....	7
1.2 ANOS 80, A DÉCADA QUE NÃO FOI TÃO PERDIDA	14
1.3 A DÉCADA DE 90: NOVAS MUDANÇAS	16
2 UM ESTUDO POR MESORREGIÕES	19
2.1 MESORREGIÃO NOROESTE	20
2.1.1 A Configuração Atual da Rede Urbana	21
2.2 MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL.....	22
2.2.1 A Configuração Atual da Rede Urbana	23
2.3 MESORREGIÃO NORTE-CENTRAL.....	24
2.3.1 A Configuração Atual da Rede Urbana	26
2.4 MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO	26
2.4.1 A Configuração Atual da Rede Urbana	28
2.5 MESORREGIÃO CENTRO-ORIENTAL	29
2.5.1 A Configuração Atual da Rede Urbana	30
2.6 MESORREGIÃO OESTE	31
2.6.1 A Configuração Atual da Rede Urbana	33
2.7 MESORREGIÃO SUDOESTE	33
2.7.1 A Configuração Atual da Rede Urbana	35
2.8 MESORREGIÃO CENTRO-SUL	35
2.8.1 A Configuração Atual da Rede Urbana	37
2.9 MESORREGIÃO SUDESTE	37

2.9.1 A Configuração Atual da Rede Urbana	39
2.10 MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	39
2.10.1 A Configuração Atual da Rede Urbana	41
3 CONFIGURAÇÃO POPULACIONAL DO ESTADO E LOCALIZAÇÃO DA POBREZA.....	43
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA PARANAENSE.....	48
3.1.1 Considerando Apenas o Responsável pelo Domicílio	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

TABELA 1 - ESTRUTURA DE VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ, SEGUNDO GRUPOS E GÊNEROS DA INDÚSTRIA – 1970 - 1999... 10	
TABELA 2.1 - INDICADORES SELECIONADOS PARA AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS PARANAENSES - 2000..... 19	
TABELA 3.1 – GRAU DE URBANIZAÇÃO – PARANÁ E BRASIL – 1940/2000..... 46	
TABELA 3.2 – MUNICÍPIOS POR CLASSES DE URBANIZAÇÃO - PR – 70/00..... 46	
QUADRO 3.1 - CENTROS COM POPULAÇÃO URBANA SUPERIOR A 50 MIL HABITANTES – PR – 1970/2000..... 47	
TABELA 3.3 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS E PESSOAS POBRES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICILIO – PARANÁ – 2000..... 50	
TABELA 3.4 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA – PARANÁ - 2000 50	
TABELA 3.5 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA SEGUNDO CLASSES DO IDH-M – PARANÁ - 2000 51	
TABELA 3.6 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA SEGUNDO AGLOMERAÇÕES URBANAS – PARANÁ - 2000 52	
TABELA 3.7 – NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS POR FAMÍLIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E A SITUAÇÃO DO DOMICILIO – PARANÁ - 2000..... 53	
TABELA 3.8 – POPULAÇÃO TOTAL E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICILIO E SEXO – PARANÁ - 2000..... 53	
TABELA 3.9 – DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS POBRES SEGUNDO SEXO E IDADE – PARANÁ 2000..... 54	

TABELA 3.10 – NÚMERO DE JOVENS E TOTAL DE RESPONSÁVEIS POR FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E SEXO – PARANÁ - 2000.....	55
TABELA 3.11 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E ANOS DE ESTUDO – PARANÁ - 2000	57
TABELA 3.12 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, ZONA DE RESIDÊNCIA E SEXO – PARANÁ 2000	58
TABELA 3.13 – NÚMERO DE RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICILIO – PARANÁ 2000	58
TABELA 3.14 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICILIO E RELAÇÃO DE EMPREGO – PARANÁ 2000.....	60

LISTA DE SIGLAS

BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná

CIC – Cidade Industrial de Curitiba

COAMO – Cooperativa Agropecuária Mourãoense

CODEPAR – Companhia do Desenvolvimento Econômico do Paraná

COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica

CTNP – Companhia de Terras do Norte do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico

LACTEC – Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Pesquisa

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

TELEPAR – Telecomunicações do Paraná S.A.

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFTPR – Universidade Federal Tecnológica do Paraná

VAF – Valor Adicionado Fiscal

RESUMO

O objetivo deste estudo é fazer uma análise da situação da pobreza no Estado do Paraná, da década de setenta até o ano 2000, quando da realização do Censo Demográfico.

Evidenciou-se que a industrialização recente teve papel preponderante neste quadro, porém, não foi o fato determinante.

Para tal análise, no primeiro capítulo será feita uma revisão da economia paranaense, neste período. No segundo, o estudo será dividido por mesorregiões, conforme suas especificidades e, no terceiro, será feita uma análise dos índices do Estado, mostrando os locais onde se encontram as maiores carências.

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste estudo é mostrar onde se encontram, no Estado, os principais focos de pobreza, as áreas mais carentes.

Para atingir este objetivo, a princípio será feito um resgate do Estado e sua economia, da década de 70 até o ano 2000, revisando a bibliografia disponível e evidenciando os principais fatos ocorridos neste época.

O Estado do Paraná, até os fins da década de sessenta, era caracterizado por uma população predominantemente rural, com as cidades, até este momento, servindo apenas para dar subsídio às atividades do campo.

Entrando na década de setenta, no país, acontecia uma verdadeira revolução agrícola, com a inserção de máquinas, equipamentos e insumos e, o Paraná, contando com o apoio de seus governadores, viu-se inserido neste contexto.

Sendo assim, na década de setenta, a agricultura paranaense passa por um processo de modernização e tecnificação, ditando a partir daí a forma de organização produtiva e fundiária, deixando de ser um Estado de pequenos proprietários e passando ao latifúndio.

A indústria estadual, experimentou, nesta década um crescimento acima do de outros setores, porém, ainda era fortemente ancorada por produtos tradicionais, como a madeira, produtos alimentares e minerais não-metálicos. É nesta época que cria-se, na cidade de Curitiba, a CIC, fortalecendo esta região metropolitana.

Neste processo de industrialização, inicia-se, no Estado, um processo de migração, a princípio para fora do Paraná, em busca de outras fronteiras agrícolas, posteriormente, o processo se dá internamente, fazendo com que o Estado se caracterize por áreas de adensamento e áreas de esvaziamento.

Entrando nos anos oitenta, verifica-se que para o Estado, esta década foi mais produtiva que para o país. Nesta época, o Paraná vê sua agricultura se consolidar

espacialmente, aumentando a produtividade e as áreas cultivadas, afirmando, então, os grandes e médios produtores rurais.

O Estado entra na década de noventa, ainda fortemente articulado às atividades do campo, porém, neste período, reduz sua presença e sua influência na esfera federal, fragilizando os mecanismos de apoio à industrialização, principalmente com a extinção do Badep.

A partir de 1994, diante de um cenário de estabilização monetária alicerçado pelo Plano Real, o Paraná concebe um projeto político dirigido à adoção de um conjunto de instrumentos no intento de alterar sua base produtiva, reduzindo a “dependência” do agronegócio.

Essa reestruturação trouxe mudanças significativas na indústria, agricultura e na configuração populacional do Estado.

No segundo capítulo será feito um estudo, baseado nos trabalhos publicados pelo Ipardes, intitulado: Leituras Regionais :mesorregiões paranaenses: sumario executivo, que adota a mesma divisão por mesorregiões, adotada pelo IBGE e Redes Urbanas Regionais: Sul, publicado pelo IPEA. No presente trabalho, será adotada a mesma divisão que o IBGE, analisando as características de cada uma delas.

Finalmente, no terceiro capítulo, serão mostrados os índices do Estado, separados por região. Será considerado o critério da ONU, na definição de IDH-M¹ e, com base nisto, será mostrado onde estão, no Estado, os locais mais carentes. Este capítulo se baseará nos estudos, publicados pelo Ipardes intitulados: Famílias pobres no Paraná e Paraná: diagnostico Social e Econômico.

¹ Índice que, em contra ponto ao PIB (Produto Interno Bruto) que oferece apenas a dimensão econômica de uma determinada população, leva em conta também longevidade – expressa pela expectativa de vida ao nascer – e, a educação – através das taxas de analfabetismo e de matrícula em todos os níveis de ensino (PNUD, 2004).

Nas considerações finais busca-se retomar as principais causas para o acirramento da pobreza e vislumbrar possíveis ações no sentido de diminuir essas distorções.

1 PARANÁ: UM BREVE RETROSPECTO DE SUA HISTÓRIA RECENTE (1970 – 2000)

O Paraná se beneficiou da vastidão de seus recursos naturais para dar início a sua economia. Se podemos chamar de ciclo, o primeiro que se deu no Paraná foi o do ouro, porém, o metal, aqui, só era encontrado no fundo dos rios e nas encostas dos morros. Disso ocorreu que, aos poucos, os garimpadores do litoral foram subindo e, encontrando o metal onde hoje é a região de Curitiba, nos rios: Atuba, Belém, Barigüi, Passaúna e Irai. Paranaguá e Curitiba foram as primeiras cidades fundadas no Paraná e, isso se deu, justamente como resultado da busca por esse metal. O Paraná já conheceu outros “ciclos”, além do garimpeiro: o Paraná já foi tropeiro, ervateiro, madeireiro e cafeeiro, este último, talvez, o único que possa ostentar realmente o título de ciclo econômico. Para a economia paranaense, o café, foi a atividade econômica mais importante, foi a que mais fortemente influenciou em nosso crescimento e desenvolvimento. Praticamente todos os produtos que o Estado cultivou, enfrentaram suas crises, o que, se não terminou com seu cultivo, diminuiu drasticamente. O mate que, em 1907 representava 48,9% da produção total do estado, viu sua participação cair vertiginosamente logo depois, devido à concorrência da erva argentina; a madeira, que era de base produtiva bastante rudimentar não resistiu a concorrentes melhor equipados, somente o café, pode-se dizer, constituiu um verdadeiro vetor de geração de riquezas, uma vez que, foi responsável pela ocupação do Norte do Estado, construção de ferrovias e desenvolvimento da época (PADIS, 1981).

Desde meados da década de 1830, o café passa a ser o principal produto de exportação da economia brasileira e, embora seja importante para o país desde a época do império, as exportações desse produto se tornaram expressivas a partir de 1802, chegando a produção brasileira a representar 40% da mundial, em 1849/50 e, em 1925 compondo 70% da pauta exportadora do Brasil. Mesmo que ao longo do tempo, tenha

diminuído essa participação, devido à contínua diversificação de nossa pauta exportadora é, nos dias atuais, importante gerador de divisas (PADIS, 1981).

No início do século XX, as regiões Norte e Noroeste do Paraná, são pouquíssimo habitadas, havendo apenas uma ou outra fazenda pelos parques caminhos. Por essa época, em São Paulo, a lavoura de café já era muito forte e começava a se estender até o Paraná, pelo norte. Em 1924, veio ao Paraná um milionário inglês – Lord Lovat – que ao perceber a incrível fertilidade de nossas terras, associou-se ao capital paulista e, juntos fundaram, em 1926, no Norte do Paraná, a Companhia de Terras do Norte do Paraná – CTNP. A maior parte das terras da região era devoluta, ou seja, pertencia ao estado; esta companhia, então, comprou 500 mil alqueires de terra, onde abriram estradas e projetaram pequenos loteamentos. Devido à terra roxa paranaense, o clima da região, o estímulo dado às atividades ligadas ao beneficiamento do café e a ocupação da região Norte², o Paraná teve um crescimento industrial, da década de 30 até a de 60, de 10% a.a., ou mais. Segundo Leão: “ a ocupação do Norte do Paraná e o estímulo conseqüente às atividades de beneficiamento do café explicam a elevada taxa de crescimento industrial do Paraná (10%) entre 1939-1949, superior à de São Paulo (9,8%). O Brasil cresce, no período, 7,8% ...”

A companhia, ao dividir a terra em pequenos loteamentos, transformou a região em local de pequenos produtores. Arelada a essa “colonização”, crescia uma rede de cidades, que funcionavam como centros prestadores de serviços. Em pouco tempo, essas cidades já contavam com serviços de transporte e infra-estrutura básica, claro, tudo visando o aumento do capital da companhia. Foi assim que surgiram cidades

² “ O crescimento populacional da região, como era de esperar-se, atingiu taxas até então nunca registradas em qualquer outra parte do país. Assim é que, em 1940, estavam concentrados na região apenas 340.449 habitantes, o que correspondia a nada menos que 27,55% do total do estado. Entretanto, na década seguinte, essa mesma população atingia 1.029.025 habitantes e sofria, portanto, nesse curto prazo, um aumento de 202,2%, passando a significar praticamente metade de toda a população do Estado, ou seja, 48,6%” (BREPOHL, 2001).

importantes, como: Londrina, Maringá, Paranavaí, Mandaguari, Cianorte, Bandeirantes, Apucarana e, dezenas de outras.

Nos anos 60, a indústria paranaense apresentou um crescimento reduzido, se comparado com as décadas anteriores, assim como se reduziram o crescimento das indústrias paulista e da brasileira³. Nesta década, a indústria ainda mantinha suas raízes ligadas à indústria de produção de produtos primários como a madeira e o café, tendo um baixo grau de elaboração desses produtos o que, correspondia a 68,9% do produto industrial do estado em 1960. Excetuando-se a elaboração desses produtos, a indústria paranaense, não tinha representatividade/competitividade no mercado brasileiro (LEÃO, 1989). Porém, a partir dos anos 70, essa configuração estadual da indústria, tende a mudar, tomando novas formas, devido à tecnificação e à modernização da agricultura local.

Com relação ao processo de expansão populacional no Paraná, foi intenso durante as décadas de 50 à 70⁴. A população total do Estado salta de pouco mais de 1,2 milhão de habitantes, em 1940, para quase 7 milhões em 1970, com taxas de crescimento próximas ou superiores a 5% a.a.. A partir de 1960, começa a se arrefecer esse crescimento, como consequência das alterações fundiárias⁵, produtivas e de comercialização ocorridas na agricultura, provocando uma diminuição considerável a partir dos anos 70, com as taxas das duas décadas seguintes caindo para menos de 1% a.a., o que só começa a mudar a partir da década de 90, quando a população volta a crescer a mais de 1% a.a.

³ A indústria paranaense cresceu, entre 1960 e 1970 6,9% (OLIVEIRA, 2001).

⁴ Até a década de 60, o Paraná se caracterizava como uma área de atração dos fluxos migratórios; no final daquela década, essa posição começa a se inverter: os fluxos partiam do Paraná em direção ao Centro-Oeste e à Amazônia. Nos anos 70, essa situação toma proporções maiores, a ponto de reduzir sensivelmente as taxas de crescimento demográfico (BREPOHL, 2001).

⁵ Ocorre, a partir dos anos 70, uma progressiva concentração da produção nos estabelecimentos médios e grandes, perdendo importância aqueles com menos de 50ha (CASTRO, 2005).

Considerando todo seu território, até fins da década de 60, o Paraná apresenta uma população predominantemente rural e, as cidades surgidas até então, são essencialmente para dar apoio às atividades de caráter agrícola em expansão pelo Estado. A maior parte da população dessas cidades era formada por pequenos produtores, pequenos proprietários ou arrendatários que, cultivavam seus produtos em pequenas extensões territoriais, basicamente através da agricultura familiar.

1.1 OS IDOS ANOS DA DÉCADA DE 70

Em meados da década de 70, ocorria no Brasil uma verdadeira transformação na indústria agrícola, com a inserção de máquinas, equipamentos e insumos; estímulos governamentais no tocante a crédito e incentivos às exportações. Diante deste quadro nacional, apesar da agricultura paranaense, até então, se caracterizar por um modo de produzir mais distante do agroindustrial, o poder estadual, através de seus governadores Ney Braga (1961 – 65) e Paulo Pimentel (1966 – 71), construiu estradas e aumentou o potencial de geração de energia elétrica, especialmente na segunda metade da década de 60, promovendo no Estado, condições de infra-estrutura básicas a qualquer estado que almejasse se modernizar. Ambos os governadores passaram a evocar o Paraná como um estado apto à industrialização e, diante desse “espírito” que tomou conta do Estado, são criados diversos órgãos públicos, destacando-se a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). A este órgão cabia a administração do FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico), empréstimo compulsório cobrado sobre os impostos incidentes nas vendas, consignações e transações que a partir de fevereiro de 1964 passou a ser instituído em 2% (BREPOHL, 2001).

Os recursos arrecadados seriam destinados a investimentos nos setores de geração de energia elétrica, construção de rodovias e, de empreendimentos da

iniciativa privada nos setores industriais considerados essenciais à política de industrialização incentivada pelo governo do Estado.

Os critérios que foram adotados, incidiram sobre a expansão do setor primário e ampliação e diversificação do parque industrial do Estado, propiciando a gradual substituição das exportações de produtos brutos ou semi-manufaturados. Para aplicação desses critérios, são definidos pelo poder público, quatro graus de essencialidade: 1) o primeiro abrange os setores de cimento, laminação, fundição, indústria mecânica, papel, celulose, óleos vegetais, frigoríficos, laticínios, calçados e outros; 2) o segundo abrange os setores complementares, incluindo a indústria de louças e porcelanas, vidros, manufaturas de roupas e borracha, utensílios domésticos e móveis de aço; 3) os setores não enquadrados na política de incentivo, salvo em condições especiais, ligados a artefatos de madeira, massas alimentícias, vinho, aguardente, fumo, perfumaria e gráficas e; 4) os setores não passíveis de financiamento como pedreiras, telhas e tijolos, beneficiamento elementar de produtos agrícolas, moinhos de trigo, matadouros e jornais. Portanto, é evidente a importância que o FDE teve para o encaminhamento das propostas modernizadoras dos governantes do período (BREPOHL, 2001).

A constituição de uma indústria ainda incipiente no Paraná, bem como, incentivos às exportações e estímulos governamentais a essa indústria fazem com que, a partir desta década, a agricultura paranaense passasse a ser moderna e tecnificada e, é essa modernização que ditou as regras à forma de organização produtiva que se deu no Estado a partir de então, afetando não só a organização fundiária, como também a pauta de produtos e sua comercialização. O Paraná deixa de ser um estado fundamentalmente de pequenos proprietários e, passa ao latifúndio. Com relação a seus produtos, a soja passa a ser o principal produto de cultivo do estado, tornando-se

o principal vetor da modernização agrícola, portanto, a dinâmica da economia paranaense, se concentrou, na agroindústria⁶.

A década de 70 foi marcada por um crescimento da indústria, acima daquele de outros setores da economia estadual. A agricultura do Paraná tinha participação de 12% no cenário nacional, passando em 1980 a 11%, enquanto os percentuais referentes à indústria eram de 3% em 1970, passando a 6% em 80 e do setor serviços era de 6%, tanto em 70 como em 80 (OLIVEIRA, 2001). Produtos tradicionais como a madeira, produtos alimentares e minerais não-metálicos ainda detinham cerca de 50% do valor agregado da indústria, porém, começavam a perder importância algumas das atividades mais arraigadas do Estado, como o beneficiamento de café e madeira, dando lugar a outras como fumo, química e metal-mecânica, portanto, apesar do declínio de alguns produtos do setor secundário, a industrialização paranaense ainda se encontrava calcada na agroindústria (tabela 1.1).

Neste processo, se destacam algumas características: 1) relações de compra e venda do Paraná continuaram a se dar com a agricultura e com mercados externos ao Estado, ou seja, São Paulo, embora a montagem do segmento metal-mecânica tenha feito surgir um processo de relações inter-industriais, especialmente dentro do Estado; 2) neste período, surgiu no Paraná, um conjunto de empresas modernas, com ampla escala de produção e uso de tecnologias consideradas de ponta, indústrias essas que, concorriam no plano nacional e internacional, decorrendo desse fato uma estrutura industrial bastante concentrada, com um reduzido número de empresas gerando parcela significativa da produção, concentrada também num pequeno número de plantas (LEÃO, 1997).

⁶ Conjunto de atividades que engloba máquinas e insumos para a agricultura, a própria agricultura e a indústria processadora de produtos agrícolas (LEÃO, 1989).

Até os anos 60, a produção do Estado era distribuída de forma relativamente homogênea, garantida por pequenas empresas operando em mercados locais. A partir dos anos 70, a indústria torna-se mais concentrada com o avanço da produção localizada em Curitiba e em outros pólos regionais como Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel.

TABELA 1 - ESTRUTURA DE VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ, SEGUNDO GRUPOS E GÊNEROS DA INDÚSTRIA – 1970 - 1999

GRUPOS/ GÊNEROS DA INDÚSTRIA	1970	1975	1980	1985	1996	1999
Indústrias de Transformação						
Indústrias Tradicionais ou de Bens não-duráveis	43,56	38,79	37,47	33,74	36,38	30,43
Mobiliário	3,95	3,53	3,35	2,53	3,04	2,73
Produtos Farmacêuticos	(X)	(X)	0,13	0,14	0,21	0,4
Perfumaria	0,33	0,19	0,5	0,52	1,06	0,74
Têxtil	8,57	4,45	5,19	4,91	1,91	1,59
Vestuário e Calçados	0,52	0,8	1,3	1,34	1,64	1,81
Produtos Alimentares	23,99	26,13	24,18	21,42	19,11	16,77
Bebidas	3,02	1,63	1,13	1,37	2,25	2,65
Fumo	(-)	(-)	0,48	0,54	3,73	0,64
Editorial Gráfico	3,18	2,07	1,21	0,97	3,42	3,11
Indústria de Bens Intermediários	48,11	50,96	50,42	49,17	42,91	47,16
Minerais não-metálicos	7,28	8,23	7,59	5,38	3,79	4,19
Metalurgia	3,29	3,76	3,78	2,61	4,14	4,18
Madeira	22,81	20,72	15,75	6,97	5,21	7,23
Papel e Papelão	5,27	4,99	5,89	5,58	5,56	7,31
Borracha	0,79	0,65	0,67	0,5	0,36	0,32
Couros e Peles	0,85	0,39	0,41	0,65	0,58	0,4
Química*	7,83	10,7	14,83	25,94	21,04	21,2
Matérias Plásticas	(X)	1,53	1,49	1,54	2,23	2,32
Indústria de Bens de Capital e de Consumo Duráveis	5,66	8,81	10,94	15,59	19,21	21,3
Mecânica	3,33	5,44	4,93	5,44	8,14	7,63
Material Elétrico	0,55	1,28	3,9	6,12	7,68	5,11
Material de Transporte	1,79	2,09	2,11	4,03	3,39	8,56
Indústrias Diversas	2,67	1,44	1,17	1,5	1,5	1,11

FONTES: IBGE – Censo Econômico – 1985, Censo Industrial do Paraná 1970, 1975, 1980 e 1985; PIA 1999; IPARDES – Séries Retrospectivas do Paraná, Dados Históricos da Indústria 1940-80.

Elaboração IBQP – PR

(x) Dado omitido

(-) Dado inexistente

Como as cidades do interior do Estado baseiam suas atividades fortemente em gêneros tradicionais, necessitam estar mais próximas dos centros produtores de matérias-primas, o que não acontece com as indústrias dos gêneros não-tradicionais, especialmente as do segmento da metal-mecânica que, progressivamente, concentram suas atividades em Curitiba e região. Nos segmentos não-tradicionais, o *locus* é definido mais em função de questões políticas – como incentivos fiscais; decisões locacionais dos empresários – devido ao ambiente empresarial pré-existente; proximidade dos centros de poder; condições de acesso; disponibilidade e eficiência das telecomunicações e serviços urbanos de toda ordem; existência de mão-de-obra em quantidade e qualidade desejadas e, infra-estrutura em geral (LEÃO, 1989).

Neste período, ocorre no Paraná a criação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba), tornando o emprego industrial concentrado fortemente em Curitiba e Região Metropolitana, portanto, em indústrias mais modernas, com escalas de produção mais amplas e com maiores índices de produtividade, o que não impediu – muito pelo contrário – que, parcela substantiva dos trabalhadores se dirigisse ao subemprego.

Objetivando empreender a industrialização e impulsionar a transformação econômica que vinha ocorrendo no Estado, em 19 de janeiro de 1973, lançou-se o Projeto CIC, que era uma opção da cidade por um modelo de não-segregação da área industrial às áreas de periferia. A CIC, foi instalada na região Oeste da cidade de Curitiba, a 10 km de seu centro comercial, com mais de 43 milhões de m², corresponde a mais de 10% da extensão territorial total da cidade. A CIC, aglutina a maior concentração de tecnologia, de produtos estratégicos e de empregos de alta qualificação do estado. É neste contexto que, entre 1975 e 1980, instala-se em Araucária (cidade da região metropolitana de Curitiba) a Refinaria Getúlio Vargas, transformando o gênero química, de agroindustrial em petroquímico, representando em 1980, cerca de 18% de todo o valor da produção da indústria. Retirando-se a produção da refinaria do cálculo, gêneros tradicionais como madeira, química,

produtos alimentares e minerais não-metálicos continuavam a ser considerados os mais importantes no que se refere ao valor agregado da indústria (cerca de 50%), muito embora sua participação houvesse caído ao longo da década em benefício de gêneros como a metalurgia, material elétrico e de comunicações e material de transporte (OLIVEIRA, 2001).

Privilegiando esse dinamismo industrial do Estado, a região de Curitiba concentra fortemente a geração de empregos, acompanhando a distribuição regional do Estado. Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Cascavel seguem em importância, somando com Curitiba 70% dos trabalhadores da indústria de transformação em 1980. A maioria desses empregos, encontrava-se em indústrias modernas, com escalas de produção mais amplas e maiores índices de produtividade, porém, parcela substancial da PEA (População Economicamente Ativa) – 40% - encontrava-se na situação de subempregado, no referido ano (OLIVEIRA, 2001).

No âmbito agrícola, o Paraná deixou de ser um estado constituído, fundamentalmente por pequenos produtores, passando a se compor por latifundiários. Os estabelecimentos menores, encontraram enormes dificuldades em explorar suas terras, devido à escala reduzida da produção e ao volume de recursos financeiros associados à modernização agrícola. Com isso, ocorre uma rápida diminuição do número de propriedades menores, afetando diretamente os proprietários menores, parceiros, arrendatários e colonos.

Concomitante a isso, ocorre dispensa de grande parte da força de trabalho agrícola por parte dos grandes produtores, devido à intensa utilização de tecnologias e, nesse quadro, o trabalho passa a ser de trabalhadores assalariados, permanentes ou volantes (CASTRO, 2005).

Paralelo a esse processo de modernização, ao longo da década, ocorre no Estado uma nítida perda de posição relativa do capital de origem local em favor do capital de outros estados ou até mesmo do capital estrangeiro, em vista da dificuldade de

acumulação prévia – em grande parte, nos setores industriais – e dos problemas oriundos do risco, tendo como conseqüência a não constituição de empresas industriais de capital local. Além disso, a dificuldade de se fomentar um sistema financeiro industrial que fosse capaz de apoiar com mais ímpeto o investimento industrial, também foi responsável pelo avanço insignificante do capital paranaense (LEÃO, 1989).

Além da concentração industrial se encontrar, neste período, bastante restrita a um pequeno número de empresas – as dezesseis maiores empresas do Estado, gerando um quarto do valor agregado da indústria – estava restrita também a questão geográfica, com o valor agregado da produção dos cinco centros mais industrializados – Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel – detendo quase 80% da produção paranaense, o que é claro com o avanço da indústria localizada na RMC (Região Metropolitana de Curitiba), o que se tornaria uma tendência nas décadas seguintes (CASTRO, 2005).

Segundo Castro (2005), três são os fatores que dinamizaram a indústria paranaense nesse período: “... o Estado oferecia uma infra-estrutura básica propícia a instalação de indústrias, como rede rodoviária modernizada, ferrovias, porto marítimo e energia elétrica, o que foi um facilitador na relação do Estado com São Paulo e capital; apoios institucionais à indústria, principalmente financeiros, oriundos do BADEP (Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná), sejam recursos para crédito agrícola, sejam para atividades industriais, além de uma série de outros órgãos públicos voltados à promoção industrial e; o Estado contava com uma agricultura dinâmica e modernizante, o que permitiu a instalação da agroindústria...”

Além dos fatores mencionados acima, há o mais importante: condições favoráveis no plano nacional que, após a crise dos anos sessenta, a partir do início da década de setenta, fizeram com que fossem retomados fortemente os investimentos no

Paraná, nos setores de energia elétrica, transportes, petroquímica e papel e celulose (CASTRO, 2005).

Por exemplo, tendo em vista o asseguramento da produção energética do Estado por seus próprios sistemas, a COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), concluiu a Usina Mourão I, Salto Grande, Júlio de Mesquita Filho e a Central Hidrelétrica Capivari-Cachoeira. Assim, em 1970, dos 467.000 KW disponíveis, somente 50.000 eram adquiridos de terceiros. Além disso, o governo investe em eletrificação rural, contando com a ajuda das Cooperativas de Wittmarsun, Marechal Cândido Rondon, Campo Mourão, Entre Rios, Arapoti, Maripá e outras. No setor rodoviário, é destacada como obra de fundamental importância a Rodovia do Café, entre Paranaguá e Paranavaí.

Uma vez assegurada a questão da infra-estrutura, a industrialização paranaense necessitava mão-de-obra qualificada, o que coube ao governo suprir, justificando a prioridade estabelecida a outros setores da administração como a educação pública (BREPOHL, 2001).

Sendo assim, o Paraná e as transformações ocorridas ao longo da década de setenta, foram preponderantemente alavancados pelo Estado, que tinha a clara missão de produzir horizontes para os investimentos e a centralização financeira que o mercado não tinha sido capaz de realizar ao longo da história para promover a acumulação de capital. Além disso, o Estado perdeu a imagem de meramente agrícola, passando a ser considerado industrial, de serviços, de lazer tipicamente urbano, como cinemas, restaurantes, teatros e, sobremaneira, de hábitos variados (BREPOHL, 2001).

1.2 ANOS 80, A DÉCADA QUE NÃO FOI TÃO PERDIDA

Ao longo da década de oitenta, que entrou para a história como a década perdida, a economia brasileira foi uma das poucas – se comparada às demais economias da América Latina – a apresentar um desempenho médio de seu produto

interno positivo (2,9% a.a.) e, avanços significativos de sua base produtiva, isso se deu devido ao dinamismo da década anterior e o impacto sobre o consumo e à renda gerado pelo plano Cruzado de 1986, ainda assim, a economia brasileira passou por vários e longos períodos de declínio de sua atividade econômica e, como consequência maior surgiu no período uma inflação – que por vezes quase chegou a se transformar em hiperinflação – que os variados planos (mesmo os mais mirabolantes) e políticas voltadas para esse fim, não conseguiam diminuir, senão por mais que um curto espaço de tempo (CASTRO, 2005).

Nesta década, poucos foram os setores que conseguiram se dinamizar: 1) nos insumos básicos: extração de petróleo e álcool, mecânica leve e máquinas agrícolas, minerais não-metálicos, siderurgia, metalurgia dos não-ferrosos e papel e papelão e; 2) na agroindústria: carne, soja e suco de laranja. O setor industrial brasileiro, foi assolado por uma grande demanda de infra-estrutura básica não satisfeita e um enorme descompasso tecnológico.

No mesmo período, a economia paranaense mostra-se mais dinâmica que a nacional, não sendo para o Estado uma década tão “perdida”, crescendo a uma média de 5,6% a.a. O Paraná vê sua agropecuária consolidar-se espacialmente, aumentando sua produtividade, aumentando as grandes culturas em áreas apropriadas e afirmando os grandes e médios produtores rurais.

Nesta época, além da boa performance agropecuária, ocorre uma maior diversificação da produção, com o advento de novos produtos, como cana-de-açúcar, ovos e aves, destacando-se os setores de carnes (especialmente aves e carne industrializada), café solúvel, óleos vegetais, laticínios e fiação. Merecem destaque o papel desempenhado pelas agroindústrias de matérias-primas, os avanços tecnológicos aliados a bons preços internacionais, melhorias dos serviços de apoio à produção e comercialização agrícolas e o desempenho das cooperativas de crédito – devido à

consolidação da soja como atividade econômica da agricultura paranaense (IPARDES, 2003).

Com relação à infra-estrutura, o Estado viu-se penalizado devido a poucos investimentos por parte da esfera federal tentando, então, por conta própria, alavancar investimentos, buscando a integração do Estado e um melhor posicionamento competitivo. Conseguiu, assim, expandir a malha viária, para propiciar uma maior integração do Estado, porém, na ferroviária, não obteve o mesmo êxito. Neste período, o porto se expandiu enormemente, sendo beneficiado por equipamentos, aumento de sua capacidade de armazenagem, pátios e cais, incrementando, assim, o perfil exportador do Estado. Com relação à capacidade de armazenagem, a expansão ocorreu também no interior do Estado, devido a investimentos realizados pelas cooperativas locais. O Paraná, na década, confirmou seu perfil hidroelétrico e o Estado, realizou investimentos em Foz de Areia e Salto Segredo (CASTRO, 2005).

Além da COPEL, o Paraná contava com a SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná) e a TELEPAR (Telecomunicações do Paraná S.A.), empresas que, por estarem em melhor situação financeira que companhias de infra-estrutura de outros estados, potencializam seus investimentos.

Na virada da década de oitenta para a de noventa, o Paraná consolidada seu perfil produtivo e reforça seu caráter exportador, porém, o Estado necessitava aumentar sua produtividade e se reforçar tecnologicamente.

1.3 A DÉCADA DE 90: NOVAS MUDANÇAS

No espaço brasileiro, devido a uma conjuntura macroeconômica onde ainda era persistente a instabilidade, devido ao prolongado e intenso processo de distorções ocorrido na década anterior, principalmente à interrupção de fluxos financeiros externos, a crescente elevação dos juros internos, a falência do Estado, a inviabilização dos mecanismos de financiamento dos investimentos de longo prazo, o progressivo

atraso tecnológico do parque industrial, o acelerado e crônico aumento das taxas de inflação, a valorização cambial, resultaram em intervalos de expansão e retração produtiva, ainda mais com os sucessos e posteriores fracassos dos planos econômicos praticados anteriormente.

Mesmo neste quadro, a partir da década de noventa, a economia brasileira conseguiu relevantes mudanças estruturais: a abertura comercial, a reestruturação do sistema financeiro, a flexibilização de alguns monopólios, a aceleração das privatizações e a regulamentação das concessões dos serviços públicos.

A abertura econômica e a liberação comercial foram possíveis devido à desregulamentação, progressiva redução de alíquotas de importação e introdução de programas de qualidade e competitividade das empresas e do Estado. Essas medidas propiciaram uma segunda leva de mudanças: rápidas e intensas alterações de processos e de organização da produção. Em seguida vem a formação e perspectiva de consolidação do Mercosul, por fim a gestação e implantação de um processo de estabilização, que por reduzir sobremaneira o imposto inflacionário, propiciou o reaparecimento do consumo privado, que vinha sendo reprimido na década anterior. Essa estabilização também proporcionou o revigoramento da desconcentração industrial no país, interrompido nas duas décadas anteriores (LOURENÇO, 2000).

Neste período, a economia paranaense apesar da impulsão modernizante dos anos setenta e da estagnação da década de oitenta, ainda se manteve fortemente vinculada direta ou indiretamente às atividades articuladas com o setor rural e, não bastando essa dependência do setor rural havia a redução de presença e influência política paranaense na esfera federal depois de 1980, a fragilização dos mecanismos de apoio à industrialização – principalmente depois da extinção do Badep em 1991 – e, o esgotamento da fronteira agrícola. Por esse motivos, a economia do Estado ainda se comportava de maneira oscilante, porém, alguns fatores – de natureza estrutural – potencializavam as chances de uma rápida alteração do perfil tecnológico da base

2 UM ESTUDO POR MESORREGIÕES

Considerando o recorte territorial das mesorregiões geográficas, estabelecido pelo IBGE em 1976, percebe-se que as mesorregiões geográficas paranaenses são heterogêneas em relação a seus municípios, população, grau de urbanização, dinâmica de crescimento, participação na renda da economia do Estado e emprego (tabela 2.1).

TABELA 2.1 - INDICADORES SELECIONADOS PARA AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS PARANAENSES - 2000

MESORREGIÕES	NUMERO MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	TX CRESC. POP. TOTAL 91/00 (%aa)	GRAU URBANIZAÇÃO	PART. NO VAF DO ESTADO	TAXA DESEMPREGO
NOROESTE	61	641.084	-0,25	77,3	3,7	10,7
CENTRO-OCIDENTAL	25	346.648	-1,24	72,6	2,2	13,7
NORTE CENTRAL	79	1.829.068	1,24	88,4	14,3	12,4
NORTE PIONEIRO	46	548.190	0,15	75,1	2,8	11,9
CENTRO-ORIENTAL	14	623.356	1,46	81,2	7,6	14,1
OESTE	50	1.138.582	1,28	81,6	13,8	12,8
SUDOESTE	37	472.626	-0,13	59,9	3,5	8,4
CENTRO-SUL	29	533.317	0,69	60,9	3,9	11,5
SUDESTE	21	377.274	0,89	53,6	2,3	9
METROP. CURITIBA	37	3.053.313	3,13	90,6	45,9	14,7
PARANÁ	399	9.563.458	1,4	81,4	100	12,8

FONTES: IBGE, Censos Demográficos

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES, in Paraná: Diagnostico Social e Econômico.

O recente desenvolvimento do Estado, além da modernização da base produtiva, nos mostra uma intensa concentração em alguns pólos regionais, o que é uma característica predominante do desenvolvimento brasileiro. No Paraná a população se distribui alternando locais de adensamento com locais de esvaziamento.

De 1991 a 2000, a RMC apresentou taxa de crescimento anual de 3,1%, além da mesorregião Centro-Oriental, Norte-Central e Oeste que cresceram a taxas superiores a 1%a.a. cada. Em contra-partida, as mesorregiões Sudeste, Norte Pioneiro, Noroeste e

Centro-Occidental, decresceram a níveis absolutos de população. Outros indicadores conservam o mesmo perfil, a exemplo do VAF (Valor Adicionado Fiscal). A RMC, foi responsável em 2000 por 45,9% desse valor, a Centro-Oriental 7,6%, a Norte-Central 14,3% e a Oeste foi responsável por 13,8%; as demais mesorregiões participaram com valores entre 2 e 4%. Apesar de o crescimento populacional e a participação na renda estadual mostrarem uma concentração na dinâmica socioeconômica, apontando fortemente para a RMC, o emprego formal, nos últimos anos, cresceu com maior intensidade no interior do Estado. São as mesorregiões Sudeste e Oeste que apresentaram as maiores variações no período de 1996 a 2001. A mesorregião de Curitiba participa com um terço do crescimento do emprego formal, porém, esse crescimento foi incapaz de acompanhar o aumento da (PEA) do período (IPARDES, 2004).

A seguir serão mostradas algumas características – para maior elucidação no tocante à situação do Estado como um todo - de cada uma dessas mesos.

2.1 MESORREGIÃO NOROESTE

Composta por 61 municípios, seus principais centros são: Paranavaí, Umuarama e Cianorte. Seu pólo de influência fora da região mais direto é Maringá (situada na mesorregião Norte-Central). Como em cada mesorregião, o principal papel a ser desempenhado pelos centros é o de sustentar localmente as atividades produtivas da região.

Em 1970, esta era a segunda região mais populosa do Paraná, com um grau de urbanização de 25%, chegando em 2000 a 77,3%. De 1970 pra cá, a região passou por um intenso processo de decrescimento, fortemente influenciado pela migração, inicialmente no meio rural, mais recentemente também no meio urbano, consolidando a região como “expulsora”, tendo um dos menores crescimentos do Estado nas últimas décadas, sua população rural está entre as duas que mais diminuíram no Paraná. Entre

1970 e 1996, 70% da população rural da meso se foi devido, principalmente, às mudanças na base produtiva rural, como a erradicação da cultura cafeeira, que é intensiva em mão-de-obra, dando lugar a pastagens e também porque o solo da região está esgotado para a prática agrícola. Ainda assim, algumas áreas, se mantêm no cultivo do café, no entanto, a expansão da agropecuária, passa a ser a especialidade regional, tornando-se a opção ao declínio do café, concentrando um dos maiores rebanhos para corte e leite, em regime extensivo, devido à degradação do solo. Além de café, a região produz algodão, porém, devido à crise da cotonicultura tradicional, já sinalizou o declínio, sofrendo forte redução nos anos 90, com isso, a reestruturação agrícola da região, nesta década, esteve pautada na expansão da soja e do milho e, além das commodities, a intensificação da produção de mandioca, cana e aves e a inserção da cana e laranja, associadas à agroindústria (IPEA,2000).

A região tem ainda, umas das menores participações do Estado, no setor secundária, destacam-se, nos gêneros de menor expressividade como, confecção e têxtil; indústria química, pautado no complexo sucro-alcooleiro, incentivado pelo pró-álcool, como controle da erosão da área do arenito caiué; alimentos; produção de fécula in natura e modificada; sucos, citricultura; carnes e laticínios que é pouco expressiva no total do Estado (IPARDES, 2004).

2.1.1 A Configuração Atual da Rede Urbana

A região é formada por um conjunto de centros de médio e pequeno porte que não conseguiu deter a evasão populacional, confirmada pelas reduzidas taxas de crescimento da população, a despeito do relativo dinamismo econômico. O crescimento urbano só é mais elevado em Cianorte (núcleo da indústria têxtil e de confecção regional).

A atividade econômica em desenvolvimento da região, não viabiliza a ampliação na oferta de vagas, nem a geração de efeitos multiplicadores em sua

economia, já que seu processo de reestruturação modernizadora passa por padrões sujeitos a maior seletividade e exclusão (IPEA,2000).

Em relação aos indicadores sociais, esta meso fica aquém do padrão médio estadual, embora com desempenho favorável em algumas dimensões. Apenas Cianorte e Umuarama apresentam IDH-M acima da média estadual, enquanto treze municípios da região encontram-se entre os 100 municípios com os índices mais baixos do Estado. O componente mais favorável da meso é a expectativa de vida ao nascer, confirmado pelo índice de mortalidade infantil, que se situa abaixo da média estadual na maior parte dos municípios. A maioria também apresenta índices acima da média quanto à frequência escolar, nos níveis pré-escolar e ensino fundamental, porém, no quesito pobreza, um quarto dos habitantes da região são pobres (IPARDES, 2004).

2.2 MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL

Em 1970, a área urbana tinha pouco mais de 100 mil habitantes, dobrando esse número até 1990, população essa que se encontra mais de 30% em Campo Mourão. De modo geral, a região guarda fortes relações com uma estrutura predominantemente agropecuária.

Campo Mourão é um centro regional de comércio e serviços, com sua dinâmica urbana estruturada em função da COAMO⁷, (Cooperativa Agropecuária Mourãoense). Além de Campo Mourão, um outro centro da região é Goioerê. Ambos os centros são polarizados, como a região anterior, por Maringá. Esta meso vem apresentando uma das mais altas taxas de evasão total e rural. Inicialmente, essa população foi para as cidades mas, atualmente, as cidades desta região apresentam os menores crescimentos urbanos do Estado. Tal comportamento, é o resultado das mudanças na base produtiva

⁷ No complexo agroindustrial, a COAMO ultrapassa os limites regionais, constituindo-se no maior grupo exportador de produtos agrícolas e agroindústrias da Paraná (IPEA,2000).

rural, também, como na Noroeste, devido ao declínio do café e do algodão. A área cultivada com soja e trigo – e mais recentemente com milho – é pequena, porém, coloca a região entre as três mais importantes do Estado. Aliás, é no setor primário que a região tem maior participação na composição do Valor Setorial do Estado, porém, acompanhando o comportamento de outras mesos agrícolas, vem reduzindo gradativamente a participação no Valor Total do Estado. A região tem sua maior expressão nas commodities, do que em outros produtos, revelando sua inserção numa estrutura comercial moderna (IPEA,2000).

No quesito indústria, a região é forte na produção têxtil e confecção, como extensão física de Cianorte (mesorregião Noroeste); alimentos e química com o álcool processado pela COAMO e no mobiliário, com uma das maiores empresas do setor em Araruna (IPEA,2000).

A região é marcada por um dos menores contingentes de empregados no setor formal do Paraná, com números consideráveis apenas em Araruna, Engenheiro Beltrão e Terra Boa, nos demais municípios, o emprego urbano é preferencialmente no setor terciário (IPARDES, 2004).

2.2.1 A Configuração Atual da Rede Urbana

A região, a despeito de possuir importante estrutura de serviços agropecuários prestados principalmente pela COAMO, está em processo de esvaziamento. O crescimento é baixo nos centros com alguma expressão industrial, exceto em Araruna e Terra Boa, chegando a menos de 1% em Campo Mourão e Goioerê.

Em 2000, nenhum município da região, apresentou IDH-M acima da média do Estado. Entre os componentes do índice, os melhores resultados são em relação à educação, nos níveis pré-escolar e ensino fundamental. O pior desempenho, como no Noroeste, é em relação à renda, colocando todos os municípios da meso abaixo da

média estadual, refletido pelo alto percentual de famílias em situação de pobreza, 32% (IPARDES, 2004).

2.3 MESORREGIÃO NORTE-CENTRAL

Composta por 79 cidades é a maior região do Estado e a segunda maior concentração populacional perdendo apenas para a RMC.

Em 1970, a população da região ultrapassava um milhão de habitantes e, seu grau de urbanização era de 39,93% concentrando, na época, a maior população rural do Estado. A partir daí, perdeu elevado contingente dessa população, entretanto, ainda se mantém com a segunda maior população, no campo, do Estado. Atualmente, seus municípios são predominantemente urbanos ou se encaminhando para isso, com um número restrito de municípios de caráter rural – sendo a maioria ao sul da região, de características e dinâmicas diferentes do restante da meso, com uma agricultura fraca e grandes áreas subutilizadas.

Nesta meso se encontram dois dos maiores pólos estaduais – Londrina e Maringá, que exercem forte polaridade no interior, adentrando o Mato Grosso na região de Dourados e São Paulo na região de Presidente Prudente e Assis.

É uma região marcada por fenômenos de concentração e esvaziamento populacional, 54,43% dos municípios perdem população, porém 21,52% crescem, desde 1970, mais que a média do Estado (IPEA, 2000).

Concentrando a segunda maior população regional no Estado, a meso vem exercendo o papel de principal absorvedora, no interior, do movimento migratório inter-regional e, embora perdendo participação relativa no Valor Adicionado total do Estado, devido à intensa concentração da atividade econômica na RMC, constitui-se na segunda região com maior participação no Valor Adicionado do Estado.

O fato de a RMC ter-se tornado lócus preferencial para instalação de segmentos modernos da indústria, imprimiu ao Norte-Central a característica de região de

modernização agropecuária e um aprofundamento do processo de agroindustrialização, sendo essa sua base uma das mais competitivas do Estado, o que é fortemente influenciado pela enorme participação das cooperativas.

Possui uma indústria com certa diversidade, porém, pautada nos gêneros mais tradicionais. A maior participação no total do Estado se dá em mobiliário, confecções, alimentos e, têxtil. Mas, mesmo pautando suas atividades em setores mais tradicionais, a região detém a segunda maior participação na indústria moderna (mecânica, comunicações e transportes) no Estado, perdendo mais uma vez, mesmo que significativamente, somente para a RMC (IPEA, 2000).

A distribuição dessas atividades ocorre preferencialmente nos pólos e nos municípios do entorno. Londrina e seus municípios apresentam indicativos de uma dinâmica mais forte que Maringá, principalmente no setor de alimentos (nos segmentos café solúvel, laticínios e frigoríficos). A região é característica por indústrias intensivas em mão-de-obra – pequenas e médias, em sua maioria.

O setor que mais emprega na região é o de alimentos, seguido pelo setor têxtil e mobiliário. Já nos municípios de caráter menos urbano, o emprego está mais no setor agropecuário e, no âmbito de suas atividades urbanas, no terciário. Mesmo em municípios com grau de urbanização acima de 75%, o trabalho agropecuário é significativo, porém, na aglomeração urbana Londrina-Maringá, um maior número de oportunidades está no setor terciário, particularmente nos segmentos que denotam importantes encadeamentos produtivos, como os serviços de transporte e de apoio à atividade empresarial, bem como de serviços sociais, como saúde e educação (IPEA, 2000).

A produção agrícola da região é dominada pelas commodities: soja, trigo, milho e café, depois algodão e cana. O café, continua importante, mesmo depois de a região ter sido fortemente afetada pela crise do setor (erradicação da cultura e declínio dos preços), vendo a oportunidade de recuperar seu prestígio com o cultivo do café

adensado. Se comparada com a de outras mesos, a agricultura da região, é de menor proporção no tocante à ocupação, devido à redução na cultura de algodão, uma das que mais absorve mão-de-obra, reforçada pelo cultivo em grandes extensões e colheitas mecanizadas (IPEA, 2000).

2.3.1 A Configuração Atual da Rede Urbana

Esta é uma região que combina sua base agropecuária com atividades do setor terciário e indústrias. Inicialmente, a região foi altamente povoada devido sua estrutura agrícola ter-se dado, essencialmente, através de pequenos loteamentos. O desenvolvimento agropecuário e da indústria, acarretou à meso uma das maiores evasões de população do Estado mas, paradoxalmente, consolidou um complexo urbano, cuja dinâmica vem garantindo a capacidade de sustentação dos centros inseridos nessas espacialidades, assim como absorvendo a evasão do interior.

Segundo os indicadores sociais da região, nota-se forte heterogeneidade entre seus municípios. Com poucas exceções, o conjunto de municípios que se encontra no eixo Londrina-Maringá, apresenta situação mais favorável em termos de IDH-M. Na porção sul da região, que reúne ainda grande contingente de população rural, encontram-se os municípios em pior situação.

Entre os componentes do IDH-M, novamente é a renda o que oferece as maiores discrepâncias, aparecendo apenas três municípios da região acima da média estadual, evidenciando a dificuldade de crescimento das economias locais, interferindo decisivamente nas condições de vida da população (IPARDES, 2004).

2.4 MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO

Composta por 46 municípios, como as mesos anteriores, esta também, desde a década de 70, vem perdendo população, principalmente no âmbito rural. A área

urbana, embora seja pequeno, apresenta crescimento. Todos os seus municípios são pequenos e boa parte deles são rurais. Seus principais centros são Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, que pouco interagem com os mais representativos do Estado. Esses municípios estão sobre a influência direta de Londrina, principalmente, Cornélio Procópio, que mantém forte relação, diferenciando este município dos demais da região. Apesar do crescimento positivo na década de noventa, a dinâmica de crescimento populacional apresenta taxas geométricas que confirmam ritmo contínuo de esvaziamento, com grande perda de população rural e total. Desde os anos 70, mais de 60% de seus municípios vêm perdendo população, inclusive urbana (IPEA, 2000).

Esse esvaziamento ocorreu por ter sido esta a primeira região a sentir a crise do café e, por contar com um seu solo que não é propício a outras culturas, mais competitivas. Em sua estrutura fundiária, prevalecem as grandes propriedades que foram reorientadas para uma atividade pecuária de baixo rendimento e pouca expressão no Estado. Não tendo participação expressiva também na agricultura.

A região é produtora de cana, que vem perdendo participação e apresentando forte tendência à mecanização – o que deve reforçar o perfil esvaziador da meso e de café, que, apesar de colocar a região em posição privilegiada, por utilizar técnicas de plantio adensado, pode continuar sendo uma possibilidade restrita a poucos produtores. Embora em sua estrutura interna de produção, as commodities representem mais de 50% do valor de produção regional, seu peso é pequeno em âmbito estadual, não demonstrando sinais de avanço na produtividade. Paralelo a essa estrutura de grandes propriedades, existe um grande número de pequenos produtores voltados à cultura de alimentos.

A região tem uma participação decrescente no Valor adicionado do Estado, situando-se entre as menores e, nenhum de seus municípios supera 1%. Tem em seu setor primário a principal contribuição para geração de sua renda, não havendo

presença significativa de cooperativas e, sua agroindústria é voltada aos primeiros beneficiamentos do algodão, conferindo à região participação elevada no valor adicionado da indústria têxtil, ficando entre as mais importantes do gênero no Estado. Outra atividade com destaque na agroindústria é o processamento de café solúvel (IPEA, 2000)..

O reforço econômico que ocorre em Cornélio Procópio se dá devido sua participação no gênero mecânica, fortemente alavancado devido sua integração com a região Norte do Estado.

Possuindo, ainda um dos menores mercados de trabalho formal na indústria do estado, concentrando sua mão-de-obra no gênero alimentos, seguido pelo têxtil e madeira – destaque para Andirá na indústria do mobiliário. Apenas cinco dos 46 municípios têm atividade relevante no setor terciário (as atividades urbanas dos municípios com menor grau de urbanização são fundamentalmente decorrentes da administração municipal), prevalecendo nos demais os empregos nas atividades agropecuárias. Nos municípios mais urbanizados o terciário divide a força de trabalho com a indústria (IPARDES, 2004).

2.4.1 A Configuração Atual da Rede Urbana

Notadamente, esta mesorregião está inserida numa espacialidade de esvaziamento, sem que se veja algum fator que reverta ou modere este quadro, apenas Cornélio Procópio que está inserida na dinâmica do Norte-Central, apresenta alguma diferença neste processo e, alguns outros municípios que, apresentam crescimento, devido à presença de vários assentamentos.

Referente aos índices que compõem o IDH-M, na última década, a evolução foi positiva para todos os municípios, porém, insuficiente para alterar o quadro social da região que é bastante crítico. Além de Cornélio, somente o município de Barra do Jacaré posiciona-se acima da média do Estado e, na área da educação – componente

De sua produção agrícola – a mais elevada dentre as mesorregiões do Estado, mais de 80% provém da soja, trigo e milho, com empresas garantindo a maior capacidade de moagem e produção de óleo de soja do Paraná (IPEA, 2000).

Esta região detém a mais importante bacia leiteira do Estado, consolidando-se como principal pólo de derivados lácteos, atividade esta que se desenvolve na produção cooperativa, que vem sofrendo processos de expansão e de fusão, incorporando cooperativas de outros estados.

Trabalhando com produtos altamente tecnificados e selecionados, essas cooperativas diferenciam-se por possuir capacidade de operar no segmento de lácteos em elevados e competitivos padrões tecnológicos. Secundariamente, incluem a produção de aves e suínos, também nas mesmas bases.

Na maioria de seus municípios, a mão-de-obra é preponderantemente ocupada na agropecuária, porém, mais nas atividades urbanas, já na indústria, o segmento papel/papelão responde por aproximadamente 50% dos empregos gerados, porém em queda, devido à forte reestruturação tecnológica e organizacional por que passa o setor (IPEA, 2000).

A renda per capita é uma das mais elevadas do Estado, próxima à da RMC, entretanto, fortemente concentrada em Ponta Grossa e Castro.

2.5.1 A Configuração Atual da Rede Urbana

Ponta Grossa é a única cidade da região a fazer parte do grupo de 23 municípios com IDH-M considerado de alto desenvolvimento, os demais apresentam indicadores inferiores aos do Estado.

A região é marcada por um alto grau de desigualdade social interna, enquanto alguns municípios apresentam taxas de pobreza inferiores à média do Estado, outros registram o dobro dessa média (IPARDES, 2004).

2.6 MESORREGIÃO OESTE

Desde a década de 1970, esta meso, que se compõe de 50 municípios, vem passando por intenso processo de urbanização, saltando de 19,87% em 1970 para 81,6% em 2000 (IPARDES, 2003). Este processo, marcou profundamente a distribuição geográfica de sua população, caracterizando-a como uma região receptora de fluxos interiores e exteriores aos seus limites. Observe-se que, esta região foi a última fronteira de ocupação do Estado, integrando-se à dinâmica estadual apenas a partir de 1970, quando coincidem fatores como a expansão da agricultura moderna e o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Esses fatores, ocasionaram crescimento geométrico da população, tornando a região diferente das demais do interior. Sua evasão rural acentua-se recentemente, porém, seu crescimento urbano vem se elevando desde 1970 (IPARDES, 2004).

Destaca-se por uma dinâmica econômica expressiva, que tem se mostrado capaz de contrabalançar a forte tendência de concentração na RMC. Seus principais centros são: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, que contam com o suporte de uma expressiva rede de cidades, colocando Cascavel como principal pólo regional, por estar estrategicamente situada no acesso a fronteiras internacionais. Foz do Iguaçu, peculiariza-se como importante pólo turístico e centro comercial de fronteira. Este perfil turístico-comercial pode ser estendido a outras cidades da região, tangentes ao lago de Itaipu, como resultado de projetos voltados ao turismo ecológico e à realização de eventos.

Estes municípios da região, tem ainda, sua estrutura de arrecadação fortalecida pelos repasses dos royalties⁸. Os demais centros, embora com abrangência mais

⁸ Compensação financeira pelas terras alagadas para a geração de energia elétrica (IPEA, 2000).

restrita de sua polarização, reforçam-se por compor uma aglomeração regida pela dinâmica do desenvolvimento agroindustrial (IPEA, 2000).

A mesorregião tem sua participação no Valor Adicionado Total do Estado, bastante influenciada pela produção e distribuição de energia elétrica de Itaipu, já na agroindústria, se caracteriza por uma especialização em grãos (soja, milho e trigo), possui as maiores participações no valor da produção agrícola e pecuária, a maior proporção de terras ocupadas por lavouras, em grande parte terras consideradas de boa qualidade para o cultivo mecanizado.

Com relação à produtividade, este grupo de produtos apresenta desempenho positivo que revela o nível de especialização da produção e de seus produtores, diversificando com a produção de mandioca, algodão e café adensado. Juntamente com a agricultura, a região é especialista na produção de aves, suínos e leite, com alto nível tecnológico e forte integração agroindustrial, através do regime de cooperativas. Industrialmente, é uma das regiões que apresenta maior grau de concentração de atividades na agroindústria (mais de 60%) e, dentro desta, na produção de alimentos. Os principais municípios envolvidos nestas atividades são: Toledo, sustentado pela Frigobrás e Cascavel, devido à atuação de cooperativas com várias unidades de processamento (IPEA, 2000).

Com menor expressão, a região participa também na indústria madeireira, no mobiliário destaca-se alguma atividade em Cascavel e Medianeira e, no gênero têxtil e confecção, a participação regional tem maior peso em Toledo. A participação da região no segmento metal-mecânica tem pequena participação, restrita a Cascavel e Toledo.

Acompanhando o crescimento das mesorregiões com dinâmica agroindustrial, o gênero alimentos é o principal empregador, respondendo por quase 50% do mercado de trabalho regional (IPEA, 2000).

A renda per capita da região, está entre as mais elevadas do Estado, próxima à RMC, no entanto, internamente, apresenta diferenças visíveis em seus principais centros – Cascavel e Foz do Iguaçu – que têm esses indicadores bem acima do de municípios menores e rurais – como Boa Vista da Aparecida e Diamante D’oeste (IPARDES, 2004).

2.6.1 A Configuração Atual da Rede Urbana

No quesito social, embora a região apresente dados bastante significativos quanto à possibilidade de avanços, também expõe o grau de desafio necessário para elevar a qualidade de vida da maioria de seus municípios. Concentra 11 dos 23 municípios nas melhores posições do Estado em termos do IDH-M, localizados principalmente na porção mais oeste da região, como consequência disto, é uma das regiões com menores taxas de pobreza, em contrapartida, encontram-se também na região, municípios com os piores índices do Estado.

Um fato que tem contribuído para a melhora da qualidade de vida é o mercado de trabalho em expansão (emprego formal), ocorrendo em todos os municípios (IPARDES, 2004).

2.7 MESORREGIÃO SUDOESTE

Esta é a mesorregião com a menor área, dentre as paranaenses (11.687km), compondo-se por 37 municípios. Pato Branco, um dos dois principais centros da meso, por oferecer uma gama de funções mais especializada, com uma unidade da UFTPR, (Universidade Federal Tecnológica do Paraná), reforçando-se com a instalação do LACTEC (Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento) uma parceria entre a Copei e a UFPR (Universidade Federal do Paraná), no intuito de criar um centro tecnológico voltado ao setor eletrônico (IPEA, 2000).

Já Francisco Beltrão, o outro centro, tem suas funções de comércio e serviços mais voltadas a dar apoio às atividades da indústria e agropecuária. Além desses dois municípios, Dois Vizinhos reforça sua centralidade em função das atividades de uma unidade do grupo Sadia que opera no município. Pato Branco e Francisco Beltrão, por sua proximidade geográfica, configuram um eixo econômico fortemente articulado, nenhum dos dois estando entre os principais do Estado, ambos são fortemente polarizados por Curitiba.

O papel principal desses centros é sustentar localmente as atividades de base produtiva regional, com características predominantemente agropecuárias, ressaltando-se, ainda, uma intensa atividade desta região com a região oeste catarinense (IPEA, 2000).

Esta meso, está entre as que apresentam as menores taxas de crescimento do Estado, ao longo das últimas décadas. Mais de 75% dos municípios vem registrando decréscimo populacional, em um quadro de evasão que tende a intensificar-se. Apenas os dois maiores centros da meso, apresentam taxas de crescimento da população urbana, maiores que a média estadual. Esse comportamento populacional, se dá devido à estrutura fundiária centrada na pequena propriedade e com um processo produtivo capaz de resistir à modernização intrínseca da agricultura e ao empobrecimento da pequena produção, fragilizando-se apenas mais recentemente (IPARDES, 2004).

Seu perfil econômico é especializado em uma produção agropecuária de inúmeros pequenos e médios produtores, diversificados e com utilização intensiva de mão-de-obra familiar. Produz com grande desvantagem comparativamente com outras regiões do Estado, já que seu relevo é mais acidentado e seu clima mais frio. Se bem que, isso não impede que a região se insira no moderno mercado do agribusiness, com produtores integrados a grandes empresas ou associados a cooperativas, principalmente na produção de aves e, secundariamente, na produção de suínos e leite.

Quanto à agricultura, distingue-se no grupo de alimentos e de commodities, principalmente com o milho.

No que se refere à atividade industrial, possui uma das menores participações na indústria de transformação e tem na base desta estrutura a produção de alimentos, que representa quase 50% do total regional (IPEA, 2000).

2.7.1 A Configuração Atual da Rede Urbana

Com relação ao desempenho social, a maioria dos municípios da meso, encontra-se em situação intermediária, com 6, dentre os 23 mais bem colocados do Estado, destacando-se Pato Branco, que ocupa a terceira posição estadual. Esse bom desempenho advém, principalmente, do componente educação, uma vez que, em grande parte dos municípios, a taxa de escolarização, nos ensinos fundamental e pré-escolar, encontra-se acima da média. Destaque também para avanços na saúde e, notadamente, é das poucas regiões a apresentar melhorias no quesito renda per capita, porém, um quarto das famílias ali residentes, ainda se encontra em condições de pobreza (IPARDES, 2004).

Na década anterior, a meso apresentou as menores taxas de desemprego e, um crescimento do emprego formal, acima da média estadual, principalmente, no setor industrial, que vem adotando política alternativa de desenvolvimento, dando grande importância a incentivos fiscais e implementação de novos distritos industriais, com isso, expandindo os setores metalúrgico e eletroeletrônico (IPARDES, 2004).

2.8 MESORREGIÃO CENTRO-SUL

Esta região ultrapassa os 50% de urbanização apenas em 1996, atingindo 54,8%. Composta por 29 municípios e grandes campos naturais, se caracteriza até os anos 80 pela pecuária extensiva e pelas reservas naturais de madeira em grandes

propriedades. Sua inserção na modernização agrícola dos anos 70, foi mais lenta que as demais, tendo atuado como fronteira interna de ocupação, absorvendo grande parte dos fluxos rurais, principalmente do Norte e Oeste do Estado. Uma das últimas regiões a sinalizar uma evasão rural, ainda que pequena, na década de 90, esta meso começa a apresentar decréscimo. Essa evasão é sentida em grande parte de seus municípios, e grande parte desta população se dirige para Laranjeiras do Sul e Guarapuava, fazendo ali, uma área de concentração. Ainda assim, mantém-se como uma das regiões menos urbanizadas, compondo-se de uma das maiores populações rurais do Estado, característica esta, acentuada pelo elevado número de assentamentos rurais na região e áreas indígenas (IPEA, 2000).

Guarapuava é o município pólo da região, com enorme centralidade nas cidades de seu entorno. Palmas e Laranjeiras do Sul também se destacam, porém com padrão funcional bastante diferenciado: a primeira pela oferta de ensino superior e pós-graduação, polariza elevado número de municípios do Paraná e Santa Catarina e, a segunda, atende a um pequeno número de municípios como centro de referência sub-regional com funções diversificadas.

Sua base produtiva rural conserva a divisão herdada da atividade pecuária e madeireira, integrando a esse quadro a produção de soja e milho, com elevado padrão tecnológico, colocando a região dentre as mais importantes produtoras do Estado mas, em paralelo, há um grande número de pessoas envolvidas na produção familiar, caracterizada por baixos rendimentos (IPEA, 2000).

A industrialização desta região, é fortemente centrada na indústria de madeira, perdendo posição relativa na indústria de transformação estadual, mas, ainda com grande expressividade na pauta exportadora. No perfil produtivo deste segmento, ainda predominam atividades de desdobramento da madeira, com progressivos ganhos dos grupos com maior agregação de valor, como placas, compensados e aglomerados, estando nesta meso várias das grandes empresas do Estado. Já o segmento papeleiro é

restrito a algumas empresas de pasta mecânica e celulose, com processos produtivos simplificados (IPEA, 2000).

Dentre essas atividades, verifica-se uma tendência a complementaridade, uma vez que mudanças vêm sendo impostas à indústria madeireira, no que se refere às restrições legais para uso de madeira de reservas naturais, tornando a atividade cada vez mais dependente de reflorestamentos. O domínio da madeira na economia da região, reflete-se no mercado de trabalho, onde se encontram aproximadamente 80% dos empregos.

A estrutura ocupacional demonstra a predominância no setor primário na maioria dos municípios, estando a indústria em segundo lugar. Somente em Guarapuava, o terciário é dominante e diversificado, porém é neste município, também, que se encontra o maior contingente de desocupados (IPARDES, 2004).

2.8.1 A Configuração Atual da Rede Urbana

Todos os municípios desta meso apresentam IDH-M inferior à média do Estado, desempenho que se repete em todos os componentes sendo a renda per capita o mais significativo. Sete, dos dez municípios mais pobres do Estado estão na região, onde um terço das famílias podem ser consideradas pobres (IPARDES, 2004).

2.9 MESORREGIÃO SUDESTE

Compõe-se de 21 municípios de pequena dimensão, em sua maioria rurais. Essa predominância caracteriza a região como pouco urbanizada, sendo seu grau de urbanização (53,6%), o mais baixo do Estado. União da Vitória é o principal centro da região, compondo com Porto União, em Santa Catarina, uma mancha de ocupação contínua. A população dos dois municípios forma um conjunto populacional considerável, sendo União da Vitória o pólo dessa área fronteira. É de grande

estabilidade na questão do crescimento populacional, não se apresentando nem como área de absorção nem como de esvaziamento, porém, mesmo que lentamente, vem entrando em processo de decréscimo. Em contra partida, a população urbana da região vem apresentando elevadas taxas de crescimento, absorvendo principalmente a população rural da própria região (IPARDES, 2004).

A região tem as maiores áreas de florestas naturais do Estado, com grandes reservas de Araucária, abrigando também erva mate, atividade que vem sustentando, historicamente, a economia da região. Colonizada por imigrantes eslavos, sob o regime de pequenas propriedades, vem desenvolvendo agricultura alimentar (feijão, arroz e batata), porém, por suas terras serem impróprias à agricultura, vem sofrendo reveses, ampliando suas atividades de agroindustrialização, através das cooperativas. Ao lado da produção alimentar, o fumo que se desenvolve praticamente em todos os municípios (IPEA, 2000).

A atividade industrial, associada ao extrativismo, integra a região às importantes áreas madeireiras do Estado. A grande disponibilidade de matéria-prima representou defasagem no desenvolvimento tecnológico da indústria de madeira e, pressionada pela legislação ambiental, a região sofre com as desvantagens comparativas. Ainda assim, embora predominem os desdobramentos e beneficiamentos iniciais, já são importantes os processamentos de maior agregação de valor, como placas e compensados, porém, a indústria de mobiliário não tem expressividade na região. Outra indústria importante é a de papel, por ser uma possibilidade de desenvolvimento de áreas de reflorestamento de pinus (IPARDES, 2004).

A atividade madeireira, apesar do – ou devido ao – atraso tecnológico, tem um mercado de trabalho favorável, sendo o setor formal que mais emprega na região. Outros quatro gêneros ainda são expressivos na absorção de mão-de-obra: papel/papelão, alimentos, minerais não-metálicos e têxtil.

A estrutura ocupacional apresenta predominância da absorção do setor primário na maioria dos municípios, com exceção de União da Vitória e General Carneiro, que têm a maior ocupação nos serviços e na indústria, sendo o terciário menos expressivo (IPEA, 2000).

2.9.1 A Configuração Atual da Rede Urbana

Região que possui a menor renda per capita do Estado, devido a predominância de atividades rurais tradicionais, porém, diferentemente das demais mesos, a disparidade neste quesito entre seus municípios não é tão grande: União da Vitória e São Mateus do Sul possuem as maiores médias, não representando o dobro dos municípios que têm as médias mais baixas: São João do Triunfo e Antônio Olinto.

Excetuando-se União da Vitória, todos os municípios, apresentam IDH-M inferior à média do Estado e, diferentemente das demais mesorregiões, nesta, a frequência dos jovens à escola é baixa. Aqui também, os índices de mortalidade infantil são superiores à média estadual mas, o mais grave é em relação à renda, uma vez que em um terço dos municípios a taxa de pobreza supera os 40%, significando mais que o dobro da média do Estado (IPARDES, 2004).

2.10 MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Composta, atualmente, por 37 municípios. Duas paisagens recordadas pela barreira natural da Serra do Mar conformam seu espaço: a aglomeração urbana metropolitana de Curitiba, circundada por extensa área caracteristicamente rural, no planalto e a ocupação contínua litorânea.

Ponto de convergência da migração rural do Estado, a região praticamente dobra sua população desde 1970. Ao longo dos últimos anos, vem apresentando as mais elevadas taxas de crescimento geométrico dentre as dez mesorregiões do Estado,

fato considerável, dado o contingente populacional sobre o qual recaem. A consolidação e densificação da área metropolitana de Curitiba vem destacando-a dentre as regiões metropolitanas brasileiras como uma das que mantêm as mais altas taxas de crescimento populacional. Destaca também Curitiba como um pólo que não demonstra sinais de arrefecer esse crescimento (IPEA, 2000).

A população rural desta região também apresenta crescimento, sendo a única do Estado a apresentar números positivos. Apresenta-se com um grau de urbanização de 90,6%, sendo a segunda mais urbanizada da região Sul – perdendo apenas para a metropolitana de Porto Alegre, no entanto, em seu conjunto, encontram-se estágios diferenciados de urbanização. Ao lado de municípios altamente urbanizados, permanecem ainda um expressivo grupo de municípios rurais de pequena dimensão.

Parte significativa da atividade econômica paranaense concentra-se na mesorregião e, dentro dela, com bastante intensidade, em Curitiba. No início dos anos 70, a região dividia com a meso Norte-Central a maior participação na renda do Estado, hoje, devido às mudanças no perfil industrial paranaense, fortemente centradas em Curitiba, a região passa a apresentar participação crescente, superando, desde 1980, todas as demais do Estado (IPEA, 2000).

Condições favoráveis no quadro nacional, aliadas às possibilidades abertas pelos mecanismos institucionais de estímulo do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado, foram capazes de atrair para o Paraná alguns segmentos modernos da metal-mecânica, com empresas de grande porte, sediadas na Cidade Industrial de Curitiba.

O desempenho de Curitiba envolve tangencialmente alguns dos demais municípios da região, tendo Araucária, a segunda maior participação no Valor Adicionado do Estado, tendo a particularidade de beneficiar-se com a localização do pólo petroquímico. Os demais municípios, com participação relevante na formação da renda estadual podem ser divididos em dois grupos: aqueles que já possuíam estrutura

produtiva, nos moldes tradicionais e, que incorporaram novos segmentos (Campo Largo) e, aqueles que incorporaram essas atividades como extensão física de Curitiba (Pinhais e Colombo).

Rio Branco do Sul pauta sua representatividade econômica na fabricação de cimento, em associação à presença da matéria-prima. Em situação similar está Rio Negro, com atividades pouco articuladas à dinâmica metropolitana, inserindo segmentos tradicionais da indústria com predominância dos gêneros fumo, madeira e mobiliário, integrando-se no eixo catarinense polarizado por São Bento do Sul (OLIVEIRA, 2001).

Com participação expressiva na renda e articulado à dinâmica econômica metropolitana, Paranaguá, com sua função portuária, é especializada na exportação agroindustrial, qualificando-se para responder às novas exigências da produção regional, especialmente no que se refere a comercialização e escoamento de grãos. A indústria da mesorregião metropolitana tem participação dominante em quase todos os principais gêneros do Estado, sendo expressivos, também, os gêneros: papel/papelão, têxtil, confecção e alimentos (IPEA, 2000).

2.10.1 A Configuração Atual da Rede Urbana

A estrutura ocupacional, distingue os municípios integrantes da dinâmica metropolitana – fundamentalmente ligada a atividades urbanas do terciário e indústria – de uma área com atividades predominantemente rurais.

No município de Curitiba, embora apresente forte peso as atividades da indústria, tem o dobro dessa ocupação em um setor terciário bastante diversificado, porém, seletivo, com concentração de empregos no sistema bancário e em serviços técnicos-profissionais.

Atividades de serviços gerais e domésticos têm maior peso na estrutura ocupacional dos municípios periféricos, muito associada a grande mobilidade espacial de trabalhadores entre os municípios da região.

A área rural da meso concentra a mais precária desigualdade social, além das condições naturais poucos propícias ao desenvolvimento econômico, alguns municípios sofrem ainda do isolamento viário, devido à precariedade do acesso. Grande parte desses municípios, apresentam valores de IDH-M entre os mais baixos do Estado.

O aglomerado metropolitano, apesar de reunir municípios em situação social relativamente confortável, concentra enormes contingentes de população em situação de pobreza e, carência social como um todo (IPARDES, 2004).

3 CONFIGURAÇÃO POPULACIONAL DO ESTADO E LOCALIZAÇÃO DA POBREZA

É fato que o desenvolvimento recente do Estado gerou um leque de mudanças que potencializou a modernização produtiva, porém esse mesmo desenvolvimento não foi capaz de diminuir as desigualdades, considerando os estímulos restritos e, principalmente sua falta de capacidade em atuar sobre a questão social ao não reduzir a pobreza estrutural.

Desde a década de 1970, tenta-se inserir o Paraná em um processo de desconcentração regional no país e, devido a vantagens naturais ou artificiais oferecidas pelo Estado, principalmente na década de noventa, esse intento foi alcançado, porém, as novas especificidades da base produtiva, plantadas em modernos segmentos da metal-mecânica e na complementaridade e diversificação da malha industrial, fez com que na verdade ocorresse uma concentração interna no Estado, gerando assim, conseqüências nas relações de trabalho e nas configurações populacionais (LOURENÇO, 2000).

Entretanto, o desafio de espriar o desenvolvimento pelo Estado tem a seu favor a herança de regiões que, embora atingidas pela não distribuição dos benefícios que favoreceram fortemente a RMC, mantêm, ainda, estruturas econômicas e urbanas que se sobressaem na economia paranaense. Essas estruturas por possuírem uma importante rede urbana – a exemplo da aglomeração do Norte Central, constituída por um conjunto expressivo de municípios em torno de dois grandes centros: Londrina e Maringá que se interligam com vários municípios da Região Oeste como Cascavel e Foz do Iguaçu – equilibram a concentração na RMC.

Infelizmente, as economias desses municípios crescem a um ritmo relativamente declinante, porque seu principal vetor de propulsão – o agronegócio – vem alcançando seus limites sem que se visualize novo ciclo de expansão e, além

disso, em torno dessas regiões, alavancadas pelo agronegócio, existe uma centena de municípios excluídos econômica e socialmente (LOURENÇO, 2000).

Da ótica social, a crescente complexidade e aumento das exigências para que as pessoas se insiram na produção, provoca o alargamento da faixa da população que encontra enormes dificuldades em preencher esses requisitos e entrar no mercado de trabalho, tornando ainda mais difícil que essas pessoas alcancem um nível mínimo de qualificação.

A exemplo da RMC, um contingente cada vez maior da população, vem sobrevivendo, a despeito do desemprego, de um leque de “alternativas”, por isso, mesmo nas atuais condições a migração e a taxa de crescimento populacional ainda se encontram acentuadas nessas áreas. Por essas taxas acentuadas e pelas condições de emprego ou subemprego é que crescem os segmentos de população que vivem de forma cada vez mais comprometida por péssimas condições de vida, inviabilizando sua luta por melhores condições! Assim, a questão social é um fator determinante para o desenvolvimento e para a vida urbana, fazendo-se necessário elevar minimamente o patamar de vida mínimo de determinada parcela de excluídos, como determinação básica a uma maior inserção competitiva (IPARDES, 2003).

Com menor desigualdade e redução dos níveis de pobreza advêm inúmeros efeitos na economia, na vida pessoal e familiar, o que conjuga-se a uma maior valorização individual capaz de resgatar a dignidade perdida e se contrapor a índices de violência e criminalidade crescentes.

A mecanização e a modernização tecnológica da agricultura, ocorrida nas últimas três décadas, geraram um processo de enorme concentração fundiária, somando-se a isso o fato de que em grande parte dos municípios tidos como “municípios rurais” no Estado, não havia – e continua não havendo – condições de um padrão de vida minimamente digno, fato este que expulsou e continua expulsando um grande contingente dessas áreas. Na última década, verificou-se que a maior parte

desta população se dirigiu à RMC o que, certamente contribuiu para agravar os problemas de ordem social da mesma. Além de sobrecarregarem os serviços de infraestrutura, a crescente população defronta-se com a reduzida oferta de emprego, principalmente no setor industrial – principal chamariz para essa população – devido à reestruturação tecnológica e à desqualificação dessas pessoas.

Além do desemprego, há a questão do saneamento básico, educação e saúde que carecem de maior dedicação por parte dos governos em suas três esferas (IPARDES, 2003).

Ou seja, a industrialização gerou muitos empregos, formais e informais, a despeito de seu viés tecnológico, porém, esse desenvolvimento industrial não veio acompanhado da melhoria necessária nas questões sociais. O crescimento populacional, pela via migratória, que adveio com a industrialização mais recente do Estado, fortemente concentrado na RMC, foi significativamente maior que sua capacidade de geração de empregos – vagas essas que contemplassem as pessoas, com todas as suas limitações – e, conseqüentemente sua capacidade de geração de bem-estar social. Portanto, o aumento populacional desordenado, impulsionado pela industrialização e pela crescente falta de condições de permanência no campo, agravou os problemas sociais do Paraná como um todo mas, principalmente da RMC.

A parcela da população paranaense residindo na RMC, saltou de 24,4% em 1991 para 28,5% em 2000. Com essa migração do espaço rural para as cidades, cresceu também o grau de urbanização do Estado, se em 1970 era de 36,14%, chega a 81,2% em 2000 (tabela 3.1). Até os anos 70, aproximadamente 90% dos municípios do Estado tinham mais da metade de sua população vivendo em áreas rurais, no ano 2000, em apenas 29,07% dos municípios isso ocorria (tabela 3.2).

TABELA 3.1 – GRAU DE URBANIZAÇÃO – PARANÁ E BRASIL – 1940/2000

ANOS	GRAU DE URBANIZAÇÃO	
	PARANÁ	BRASIL
1940	24,45	26,35
1950	24,97	36,16
1960	30,6	45,52
1970	36,14	56,8
1980	58,62	68,86
1991	73,36	77,13
2000	81,42	81,2

FONTES: IBGE – Censos Demográficos, IPARDES – Tabulações Especiais, in Paraná: Diagnostico Social e Econômico.

TABELA 3.2 – MUNICÍPIOS POR CLASSES DE URBANIZAÇÃO - PR – 70/00

ANOS	GRAU DE URBANIZAÇÃO				TOTAL MUNIC.
	ATÉ 50%	>=50 a <75%	>=75 a <90%	>=90%	
	%	%	%	%	
1970	91,32	6,94	1,39	0,35	288
1980	66,9	25,86	6,21	1,03	290
1991	40,25	39,63	15,48	4,64	323
200	29,07	37,07	24,56	9,27	399

FONTES: IBGE – Censos Demográficos 1940 a 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Paraná: Diagnostico Social e Econômico.

No ano 2000, chega a vinte e seis o número de centros urbanos no Estado com população superior a cinquenta mil habitantes, comportando 62,98% da população total, representando apenas 6,52% dos municípios como pode ser visto no quadro 3.1 (IPARDES, 2003).

QUADRO 3.1 - CENTROS COM POPULAÇÃO URBANA SUPERIOR A 50 MIL
HABITANTES – PR – 1970/2000

DESDE 1970	CURITIBA LONDRINA MARINGÁ PARANAGUÁ PONTA GROSSA % POP. URB. 40,46 % DO TOTAL MUN. 1,74	ENTRE 80 e 90	ALM. TAMANDARÉ ARAPONGAS ARAUCÁRIA CAMBÉ CAMPO LARGO CAMPO MOURÃO TELÊMACO BORBA TOLEDO % POP. URB. 60,47 % DO TOTAL MUN. 6,81
	APUCARANA CASCAVEL COLOMBO FOZ IGUAÇU GUARAPUAVA PARANAÍ PIRAQUARA SÃO JOSÉ PINHAIS UMUARAMA % POP. URB. 52,92 % DO TOTAL MUN. 4,83		ENTRE 91 e 00

FONTE: IBGE – Censos Demográficos

elaboração própria

Considerando os trinta municípios do Estado com crescimento superior a sua média, quinze estão na RMC, dez nos demais centros urbanos do interior e três no litoral (IPEA, 2000).

Dentro dessas aglomerações⁹ são os pólos que registram intenso crescimento (Cascavel, Curitiba e Maringá crescem mais de 2,2%a.a.), porém, em seus municípios periféricos as taxas são bastante superiores. A exemplo de Curitiba que, devido à excessiva valorização imobiliária, vem sendo preterida em relação aos demais municípios da região. Esses municípios, por oferecerem um custo de vida menor e

⁹ Segundo IPARDES (2000), aglomerações constituem especialidades que se peculiarizam por expressivo dinamismo econômico, populacional e pela particularidade de configuração de manchas de ocupação contínuas entre mais de um município.

maior acesso à terra – de maneira formal ou não – tornam-se as melhores alternativas. porém, é na capital que a maior parte das pessoas busca oportunidades de emprego.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA PARANAENSE

O estado do Paraná, ocupa a sexta posição no ranking brasileiro do IDH-M 2000 (ANEXO 1), porém, ainda se mantém distante dos índices de municípios de estados vizinhos. Enquanto o Paraná ostenta um grande número de municípios com IDH-M inferior ao do Brasil (33%), nos demais estados – do Sul e São Paulo – os municípios nessa condição correspondem a menos de 10% de suas respectivas populações (ANEXO 2). No Paraná, menos de 36% da população, encontra-se em municípios com índices de alto desenvolvimento, nos demais estados essa proporção ultrapassa 60%, sendo que em Santa Catarina e São Paulo atinge 72% .

O Estado guarda ainda muita desigualdade em relação às condições sociais da população em suas dez mesorregiões. Enquanto algumas delas apresentam expressivas proporções de população vivendo em municípios com IDH-M superior ao do Brasil (0,766), a exemplo das mesorregiões Oeste, Metropolitana de Curitiba e Norte-Central, há também mesorregiões em que boa parte de seu contingente populacional vive em municípios com índices inferiores a esse patamar, a exemplo das mesorregiões Centro-Occidental, Sudeste e Norte Pioneiro. Na mesorregião Centro-Occidental não existe município que ultrapasse a média do Estado que é de 0,787 (IPARDES, 2003).

É importante frisar que quase todos os municípios do Estado apresentaram melhoria em seu IDH-M, no tocante a avanços na educação e longevidade, na última década. O mesmo não ocorrendo com relação à renda, sendo que esta, é a principal responsável pelas diferenças entre os municípios e regiões do Estado.

Os diferentes níveis de renda auferidos pela população estão diretamente relacionados à incidência da pobreza. As mesorregiões Centro-Sul, Sudeste e Centro-Occidental apresentam elevadas taxas de pobreza, superiores a 30% do total das

famílias. As regiões mais dinâmicas do Estado, apresentam taxas menores, porém, devido à crescente concentração populacional, o número de famílias pobres é bastante elevado!

Essas discrepâncias em relação às regiões, se intensificam no interior das mesmas, a exemplo da RMC sendo a mesorregião que mais demonstra essas disparidades, uma vez que comporta municípios com todos os níveis de IDH-M.

Considera-se que a pobreza é fruto da pouca ou nenhuma renda quando é impossível, com a renda auferida, cobrir os custos mínimos com bens e serviços necessários à sobrevivência da família e, que a pobreza é no âmbito das necessidades básicas insatisfeitas quando se trata de uma qualificação dos bens e serviços considerados mínimos, demonstrando que múltiplas carências não estão sendo atendidas (IPARDES, 2003).

Em estudos baseados no quesito renda, essa definição se orienta por duas vertentes, uma que considera patamares de renda a partir do salário mínimo e, outra que estabelece o acesso a uma cesta básica de alimentos. Neste trabalho será considerada a renda familiar mensal per capita¹⁰, como critério de identificação da população pobre do Paraná. Será considerado que, todas as famílias paranaenses que auferem ganhos inferiores a meio salário mínimo, são pobres, em conformidade com a metodologia adotada pelo IBGE.

Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2000), havia no Estado neste ano, 589.420 famílias em situação de pobreza, representando uma taxa de 20,87%¹¹. Deste total, 67,07% residem em áreas urbanas e 32,93% em áreas rurais. Essas famílias se

¹⁰ A renda familiar mensal per capita é composta pela soma de todos os rendimentos da família (salários, poupança, benefícios da seguridade social, entre outros), dividida pelo número de seus membros.

¹¹ Esta taxa indica o percentual de famílias pobres no total de famílias do Estado.

constituem por um total de 2.322.578 pessoas, perfazendo 24,37% da população do Estado (tabela 3.1).

TABELA 3.3 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS E PESSOAS POBRES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICILIO – PARANÁ – 2000

UNIDADE DE ANÁLISE	FAMÍLIAS POBRES	TOTAL DE FAMÍLIAS
FAMÍLIAS	589.420	2.824.383
URBANO (%)	67,07	85,97
RURAL (%)	32,93	17,03
PESSOAS	2.322.578	9.530.071
URBANO (%)	64,52	81,36
RURAL (%)	35,48	18,64

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

Considerando as mesorregiões do Estado, segundo o IBGE, três mesorregiões concentram a metade do número de famílias pobres no Paraná: RMC (21,85%), Norte-Central (16,28%) e Oeste (12,03%) (tabela 3.4).

TABELA 3.4 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA – PARANÁ - 2000

MESORREGIÃO	NUMERO MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS POBRES		TAXA POBREZA	TOTAL FAMÍLIAS	
		ABS.	%	%	ABS.	%
CENTRO-OCIDENTAL	25	32.320	5,48	31,64	102.135	3,62
CENTRO-ORIENTAL	14	46.780	7,94	25,79	181.388	6,42
CENTRO-SUL	29	53.777	9,12	36,98	145.418	5,15
METROPOLITANA	37	128.801	21,85	14,14	911.212	32,26
NOROESTE	61	46.110	7,82	23,8	193.728	6,86
NORTE CENTRAL	79	95.928	16,28	17,4	551.328	19,52
NORTE PIONEIRO	46	44.590	7,56	27,07	164.690	5,83
OESTE	50	70.929	12,03	21,38	331.742	11,74
SUDESTE	21	34.904	5,92	33,27	104.899	3,71
SUDOESTE	37	35.281	5,99	25,6	137.842	4,89
TOTAL	399	589.420	100	20,87	2.824.383	100

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

Tomando como base ainda, o Censo Demográfico 2000, verificou-se que há estreita correspondência entre baixo IDH-M e proporção de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (tabela 3.5).

TABELA 3.5 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA SEGUNDO CLASSES DO IDH-M – PARANÁ - 2000

CLASSES DO IDH-M	NUMERO MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS POBRES		TAXA POBREZA	TOTAL FAMÍLIAS	
		ABS.	%	%	ABS.	%
0,620 a 0,699	59	67.055	11,38	44,29	151.401	5,36
0,700 a 0,763	229	235.748	40	30,38	776.041	27,48
0,764 a 0,799	87	159.938	27,13	19,63	814.698	28,85
0,800 a 0,849	22	83.970	14,25	14,33	585.882	20,74
0,850 a 1,000	2	42.709	7,25	8,6	496.362	17,57
TOTAL	399	589.420	100	20,87	2.824.383	100

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

Observando a tabela acima, verifica-se que as duas primeiras classes – com níveis de IDH-M mais baixos no Estado – comportam 51,38% das famílias pobres do Paraná, porém, não se deve deixar de notar que nos 24 municípios com IDH-M igual ou superior a 0,8 – considerados de alto desenvolvimento – em sua maioria de médio e grande porte populacional, encontram-se 126.679 famílias pobres, perfazendo 21,49% do total de famílias pobres do Estado.

Embora seja nas aglomerações urbanas do Estado que se encontrem os melhores níveis de IDH-M, essas aglomerações apresentam grandes desigualdades internas, assim das sete maiores aglomerações do Paraná – Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Litoral, Londrina, Maringá e Ponta Grossa – com seus 47 municípios no entorno, encontram-se 36,97% de famílias pobres, sendo que a RMC sozinha, concentra 17,01% do total do Estado (tabela 3.6).

TABELA 3.6 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA SEGUNDO AGLOMERAÇÕES URBANAS – PARANÁ - 2000

AGLOMERAÇÕES	NUMERO MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS POBRES		TX POBREZA	TOTAL FAMÍLIAS	
		ABS.	%	%	ABS.	%
TOTAL ALGUM.	47	217.881	36,97	14,18	1.536.136	54,39
CASCADEL	6	19.336	3,28	17,12	112.955	4
CURITIBA	20	100.286	17,02	12,5	802.436	28,41
FOZ IGUAÇU	2	15.207	2,58	19,23	79.096	2,8
LITORAL	4	11.046	1,87	19,46	56.751	2,01
LONDRINA	8	34.874	5,92	13,73	254.007	8,99
MARINGÁ	4	15.432	2,62	12,1	127.512	4,51
PONTA GROSSA	3	21.701	3,68	20,99	103.380	3,66
DEMAIS MUNIC.	352	371.539	63,03	28,84	1.288.247	45,61
TOTAL PARANÁ	399	589.420	100	20,87	2.824.383	100

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

Outra questão que deverá ser levada em conta é o tamanho das famílias, uma vez que, o número de pessoas entre as quais a renda deverá ser dividida interfere na possibilidade de uma família ser ou não considerada pobre. Sabe-se que, de forma geral, o nível de fecundidade de uma população é diferenciado segundo os distintos segmentos socioeconômicos que a compõem e, que parcelas sociais menos favorecidas tendem a apresentar níveis reprodutivos mais elevados que as parcelas mais favorecidas (IPARDES, 2003).

Quando se considera a localização da residência das famílias, se no meio rural ou urbano, observa-se as maiores diferenças quanto ao tamanho das famílias: famílias pobres que residem no meio rural perfazem a maior média do Estado (tabela 3.7).

TABELA 3.7 – NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS POR FAMÍLIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E A SITUAÇÃO DO DOMICILIO – PARANÁ - 2000

SITUAÇÃO DO DOMICILIO	CLASSES DE RENDA (salário mínimo)			TOTAL
	ATÉ 1/2	>1/2 a 1	>1	
URBANO	3,55	3,6	3,1	3,3
RURAL	4,09	3,67	3,15	3,69
TOTAL	3,72	3,62	3,11	3,37

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

Já se considerarmos a questão gênero, a distribuição da população não apresenta diferenças expressivas em nenhum dos estratos de renda, ressaltando a participação das mulheres sempre ligeiramente superior a dos homens (tabela 3.8). Apenas se forem analisados os locais das residências – rural ou urbano – é que se nota maior participação dos homens.

TABELA 3.8 – POPULAÇÃO TOTAL E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICILIO E SEXO – PARANÁ - 2000

SEXO	CLASSES DE RENDA (salário mínimo)								
	ATÉ 1/2			>1/2 a 1			>1		
	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL
POP.TOTAL ABS.	1.498.539	824.040	2.322.578	1.964.189	517.699	2.481.888	4.291.115	434.490	4.725.605
HOMENS (%)	47,97	51,64	49,27	48,75	53,08	49,65	49,08	53,51	49,49
MULHERES (%)	52,03	48,36	50,73	51,25	46,92	50,35	50,92	46,49	50,51
RAZÃO SEXO	92	107	97	95	113	99	96	115	98

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

Se considerarmos as famílias pela ótica etária conforme os estratos da renda, aparecem diferenças consideráveis. Um indicador dessas diferenças é a dependência.

expressa pelo peso das crianças de 0 a 14 anos e de idosos com 65 anos ou mais, sobre o segmento etário em idade produtiva. Nas famílias pobres, existe 82 pessoas “pesando” para grupos de 100 pessoas ativas, relação que diminui conforme aumenta a renda, chegando a 37 para cada 100 no estrato com mais de um salário mínimo de renda familiar mensal per capita (IPARDES, 2003).

3.1.1 Considerando Apenas o Responsável pelo Domicílio

Será utilizado o mesmo critério de pessoa responsável pelo domicílio, adotado pelo IBGE, segundo o qual é considerado responsável pelo domicílio, o homem ou a mulher responsável pela família ou que assim o sejam considerados pelos demais moradores. Segundo o mesmo instituto, é importante o foco neste membro da família por este ter papel relevante no contexto familiar. Um aspecto importante a ser considerado é a idade do responsável pela família (tabela 3.9).

TABELA 3.9 – DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS POBRES SEGUNDO SEXO E IDADE – PARANÁ 2000

IDADE	DISTRIBUIÇÕES		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
10 a 14	0,04	0,31	0,11
15 a 19	1,63	6,53	2,83
20 a 24	8,24	12,91	9,39
25 a 29	12,69	11,87	12,49
30 a 34	15,95	12,53	15,11
35 a 39	15,72	11,83	14,77
40 a 44	12,57	9,16	11,73
45 a 49	9,39	7,61	8,95
50 a 54	7,45	7,1	7,36
55 a 59	5,96	5,69	5,89
60 a 64	4,31	5,11	4,51
65 a 69	2,68	3,83	2,96
70 e mais	3,38	5,53	3,91
TOTAL (%)	100	100	100

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

Verificando a tabela acima, constata-se que a maioria dos chefes de família pobres possui entre 25 e 44 anos, representando 54,10% do total de responsáveis. Configurando que, os responsáveis pelas famílias pobres, em sua maioria, são mais jovens, diferentemente dos responsáveis pelas famílias não-pobres.

As mulheres com até 24 anos representam 4,8% do total de chefes. Considerando-se apenas as chefes mulheres, as mais jovens representam 20%. Entre as famílias de estratos superiores, esses percentuais são bem menores (tabela 3.10). Já a participação dos idosos como chefes de famílias pobres, é bastante reduzida (11,38%), comparando-se com os demais estratos de renda.

Voltando a tabela 3.8, verifica-se que as mulheres representam 24,51% dos chefes de famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, não se diferenciando nos demais estratos de renda. A principal diferença consiste na idade, sendo a participação das jovens bastante acentuada.

TABELA 3.10 – NÚMERO DE JOVENS E TOTAL DE RESPONSÁVEIS POR FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E SEXO – PARANÁ - 2000

SEXO	CLASSES DE RENDA			TOTAL
	ATÉ 1/2	>1/2 a 1	>1	
HOMENS				
10 - 19 ANOS	7.429	6.939	6.362	20.730
20 - 24 ANOS	36.660	44.164	66.164	147.048
MULHERES				
10 - 19 ANOS	9.881	2.388	3.036	15.304
20 - 24 ANOS	18.649	9.165	15.161	42.974
TOTAL 10 - 24 ANOS	72.619	62.715	90.722	226.066
TOTAL 10 - 24 ANOS	589.308	720.232	1.514.662	2.824.202
HOMENS				
	444.862	555.797	1.181.886	2.182.544
MULHERES				
	144.446	164.435	332.777	641.658

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

No tocante à escolaridade, 44,17% das pessoas responsáveis com renda de até meio salário mínimo, possuem até três anos de estudo, porém, observa-se que o perfil de escolaridade entre os chefes de famílias pobres não é muito diferente no estrato imediatamente superior (entre meio e um salário mínimo). Nestes dois estratos mais de 70% dos chefes de famílias não concluíram o ensino fundamental. Observa-se, ainda, que no estrato acima de um salário mínimo, o intervalo de onze anos ou mais de estudo corresponde a 36,28%, evidenciando a estreita relação entre anos de estudo e rendimentos (tabela 3.11). Em análise a esta variável (escolaridade) com relação ao sexo dos chefes de famílias pobres, vê-se que 55,32% são mulheres, residentes no meio rural e, têm até três anos de estudo. No meio urbano, esse percentual é de 41,40%, destacando-se o fato que as chefes de famílias pobres residentes no meio urbano têm melhor perfil educacional como mostrado na tabela 3.12 (IPARDES, 2003).

Analisando o perfil dos responsáveis pelo domicílio no mercado de trabalho¹², vê-se que os que chefiam famílias pobres e residentes em meio urbano, são os que encontram as maiores dificuldades de inserção nesse mercado. Encontram-se entre as famílias pobres, as menores taxas de atividade (72,51%) e a maior taxa de desemprego (30,90), demonstrando que os chefes de famílias pobres têm um nível de inatividade maior, o que é de relevante importância, uma vez que os chefes dessas famílias apresentam perfil mais jovem. Essa inatividade pode ser atribuída a diversos fatores: baixa escolaridade; desalento decorrente de tentativas frustradas de encontrar

¹² Para o Censo, são consideradas as pessoas de 10 anos ou mais que têm trabalho e as que procuram trabalho, as quais compõem a População Economicamente Ativa (PEA). Segundo o estudo, são consideradas ocupadas as pessoas que exerciam alguma atividade econômica remunerada, sem remuneração ou na produção para o próprio consumo, na semana de referência do Censo (23 a 29 de julho de 2000); já as pessoas que não exerciam nenhum trabalho mas que o procuravam no mês de referência (30 de junho a 29 de julho de 2000) são consideradas desempregadas (IBGE, 2000).

emprego; opção de dar continuidade aos estudos, postergando a entrada no mercado de trabalho, entre outros, como mostrados na tabela 3.13 (IPARDES, 2003).

TABELA 3.11 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E ANOS DE ESTUDO – PARANÁ - 2000

ANOS DE ESTUDO	CLASSES DE RENDA (salário mínimo)									TOTAL	
	ATÉ 1/2			>1/2 a 1			>1				
	ABS.	%	TOTAL	ABS.	%	TOTAL	ABS.	%	TOTAL	ABS.	%
ATÉ 3 ANOS	260.301	44,17		285.201	39,6		289.982	19,15		835.484	29,58
4 a 7 ANOS	231.265	39,24		271.229	37,66		432.006	28,52		934.500	33,09
8 a 10 ANOS	60.184	10,21		96.056	13,34		243.217	16,06		399.458	14,14
11 e MAIS	37.557	6,37		67.746	9,41		549.457	36,28		654.760	23,18
TOTAL	589.308	100		720.232	100		1.514.662	100		2.824.202	100

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

Considerando os indicadores a partir do local das residências, se no meio rural ou urbano, verificamos ainda que, quase a totalidade dos chefes de famílias pobres residentes no meio rural, está ocupada (94,92%). Mostrando que a retomada do crescimento industrial tende a impactar pouco esse segmento. O que se verifica é a baixa produtividade – caracterizada fortemente pela agricultura familiar – e os baixos níveis de remuneração do trabalho agrícola (mesmo que aumentado pela previdência rural), problemas esses que só seriam superados mediante mudanças estruturais na distribuição fundiária e produtiva do Estado!

TABELA 3.12 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, ZONA DE RESIDÊNCIA E SEXO – PARANÁ 2000

ANOS DE ESTUDO	URBANO			RURAL		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
ATÉ 3 ANOS	41,39	41,44	41,10	49,22	55,32	49,81
4 a 7 ANOS	40,63	34,47	38,67	41,47	30,46	40,40
8 a 10 ANOS	10,98	14,29	12,03	6,24	9,00	6,51
11 3 MAIS	7,00	9,80	7,89	3,07	5,21	3,28
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

TABELA 3.13 – NÚMERO DE RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – PARANÁ 2000

TAXAS (%)	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	ATÉ 1/2			>1/2 a 1		
	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL
DE ATIVIDADE	72,51	83,26	76,05	74,09	78,12	74,93
DE DESEMPREGO	30,90	5,08	21,59	6,84	0,99	5,57

TAXAS (%)	>1			TOTAL		
	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL
DE ATIVIDADE	82,21	87,23	82,67	78,6	82,8	79,31
DE DESEMPREGO	2,51	0,54	2,32	7,92	2,51	6,96

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

Ainda na questão trabalho, as dificuldades não são apenas referentes à inserção no mercado de trabalho mas, também no tocante a qualidade dessa ocupação. Segundo o estudo do IBGE, são notadas diferenças importantes quanto à posição dos ocupados. Levando-se em conta os ocupados no meio rural, a principal fonte de renda é a ocupação por conta própria, contando no máximo com a ajuda de membros da família

e/ou a ajuda de trabalhadores contratados eventualmente, mostrando que a principal forma da ocupação no meio rural é a produção familiar¹³, nos três estratos de renda, mostrando-se mais relevante no estrato de renda superior (62,78%). Para chefes de famílias pobres, essa categoria corresponde a 48,02% do total.

Já para os responsáveis pelos domicílios pobres, residentes no meio urbano, a forma de inserção ocupacional se dá, prioritariamente, por meio do assalariamento. Porém, o assalariamento com carteira assinada é de apenas 32,93%, perdendo em mais de dez pontos percentuais para a categoria total que é de 44,39%. Pobres sem carteira assinada correspondem a 28,49% e, trabalhadores domésticos somam 11,63%. No quesito ocupação por conta própria, no meio urbano, em todos os estratos de renda, esse percentual concentra um quarto da população total (tabela 3.14).

¹³ Produção familiar expressa uma das principais clivagens na organização rural em contra posição a formas empresariais. Embora, se trate de uma categoria que envolve situações muito diferenciadas em suas condições de produção, o que influencia na possibilidade de obtenção ou não de renda e, portanto, podendo as famílias serem ou não consideradas pobres.

TABELA 3.14 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICILIO E RELAÇÃO DE EMPREGO – PARANÁ 2000

RELAÇÃO DE EMPREGO	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	ATÉ 1/2			>1/2 a 1		
	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL
TRABALHADOR DOMICILIAR COM CARTEIRA	2,23	0,50	1,47	1,87	0,84	1,64
TRABALHADOR DOMICILIAR SEM CARTEIRA	9,40	1,19	5,82	4,14	0,99	3,43
EMPREGADO COM CARTEIRA	32,93	18,70	26,72	49,00	29,94	44,68
EMPREGADO SEM CARTEIRA	28,49	20,67	25,08	19,90	17,73	19,41
EMPREGADOR	0,34	0,21	0,28	0,85	0,47	0,77
CONTA-PRÓPRIA	24,78	48,02	34,92	23,61	46,11	28,71
APRENDIZ/ESTAGIÁRIO	0,24	0,05	0,16	0,06	0,04	0,05
NÃO REMUN./AJUDA A FAMILIAR	0,71	1,89	1,23	0,17	0,50	0,25
PROD. P/ CONSUMO PRÓPRIO	0,88	8,77	4,32	0,39	3,36	1,07

RELAÇÃO DE EMPREGO	>1			TOTAL		
	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL
TRABALHADOR DOMICILIAR COM CARTEIRA	0,74	0,53	0,72	1,17	0,61	1,07
TRABALHADOR DOMICILIAR SEM CARTEIRA	1,26	0,68	1,2	2,88	0,97	2,52
EMPREGADO COM CARTEIRA	44,8	19,5	42,33	44,39	22,29	40,27
EMPREGADO SEM CARTEIRA	15,92	10,51	15,4	18,32	16,67	18,01
EMPREGADOR	8,78	4,23	8,33	5,95	1,52	5,13
CONTA-PRÓPRIA	28,12	62,78	31,49	26,68	51,99	31,39
APRENDIZ/ESTAGIÁRIO	0,1		0,09	0,11	0,03	0,09
NÃO REMUN./AJUDA A FAMILIAR	0,17	0,33	0,19	0,24	1	0,38
PROD. P/ CONSUMO PRÓPRIO	0,11	1,45	0,25	0,27	4,91	1,13

FONTE: IBGE – Censo Demográfico 2000, IPARDES – Tabulações Especiais, in Famílias Pobres no Paraná

Verifica-se, então, que a industrialização, como se deu no Estado, tem duas faces: se por um lado inseriu o Paraná num cenário nacional industrializado e competitivo, por outro, as conseqüências foram nefastas, uma vez que, devido a esta industrialização, ocorreu no Estado uma migração, em busca de melhores oportunidades e, o que se encontrou foi um cenário nada hospitaleiro a maioria dessas pessoas, jogando-as no subemprego e adensando a problemática social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira, nas últimas décadas, inseriu-se num processo de mudanças e transformações, alterando sua base produtiva de agrária para industrial e agroindustrial. No Paraná, como unidade da federação, viu-se ocorrer o mesmo processo.

O Estado, que na década de sessenta, tinha sua produção voltada para a agricultura e, só conhecia a industrialização das primeiras etapas de beneficiamento de produtos primários, chega em 2000, contando com indústrias modernas nos principais segmentos do país, como a metal-mecânica, eletrônicos e transportes, além de possuir uma agroindústria mais moderna e tecnificada.

Apesar de em vários momentos, os governos terem se preocupado em possibilitar uma infraestrutura adequada, o que se vê é que em muitos aspectos essa modernização não veio acompanhada dos investimentos necessários na ordem social, pois, mesmo com todos esses avanços na questão econômica, o Índice de Desenvolvimento Humano do Estado, embora tenha evoluído de 0,719 em 1991 para 0,786 em 2000, encontra-se na sexta posição no ranking nacional, posição esta, extremamente desfavorável se comparada aos demais estados da Região Sul e a São Paulo.

No Estado há uma mancha continua de municípios com IDH-M inferior ao do Brasil e, em termos de distribuição, 33% da população estadual vive em cidades com IDH-M inferior (ao do Brasil). Os dados mostrados neste trabalho revelam também expressiva concentração da pobreza nas áreas rurais e enormes desigualdades intra-regionais, a exemplo da Região Metropolitana de Curitiba, que conforma municípios com todos os níveis de IDH-M.

A exemplo de outros estados, a variável renda foi a que mais impactou, negativamente, nos resultados, indicando o nível de fragilidade, no caso, da economia paranaense, no concernente a emprego e renda.

Educação e saúde apresentaram evolução no período, contribuindo para que a posição do Estado não fosse ainda pior!

Vê-se que a industrialização e mecanização agrícola ocorridas no Paraná, tiveram como principal consequência a migração interna, tanto do meio rural para as cidades, como entre cidades (concentrando-se mais fortemente na RMC), com isso, o que se vê é um número cada vez maior de pessoas vivendo no subemprego ou, ainda pior, em busca de oportunidades.

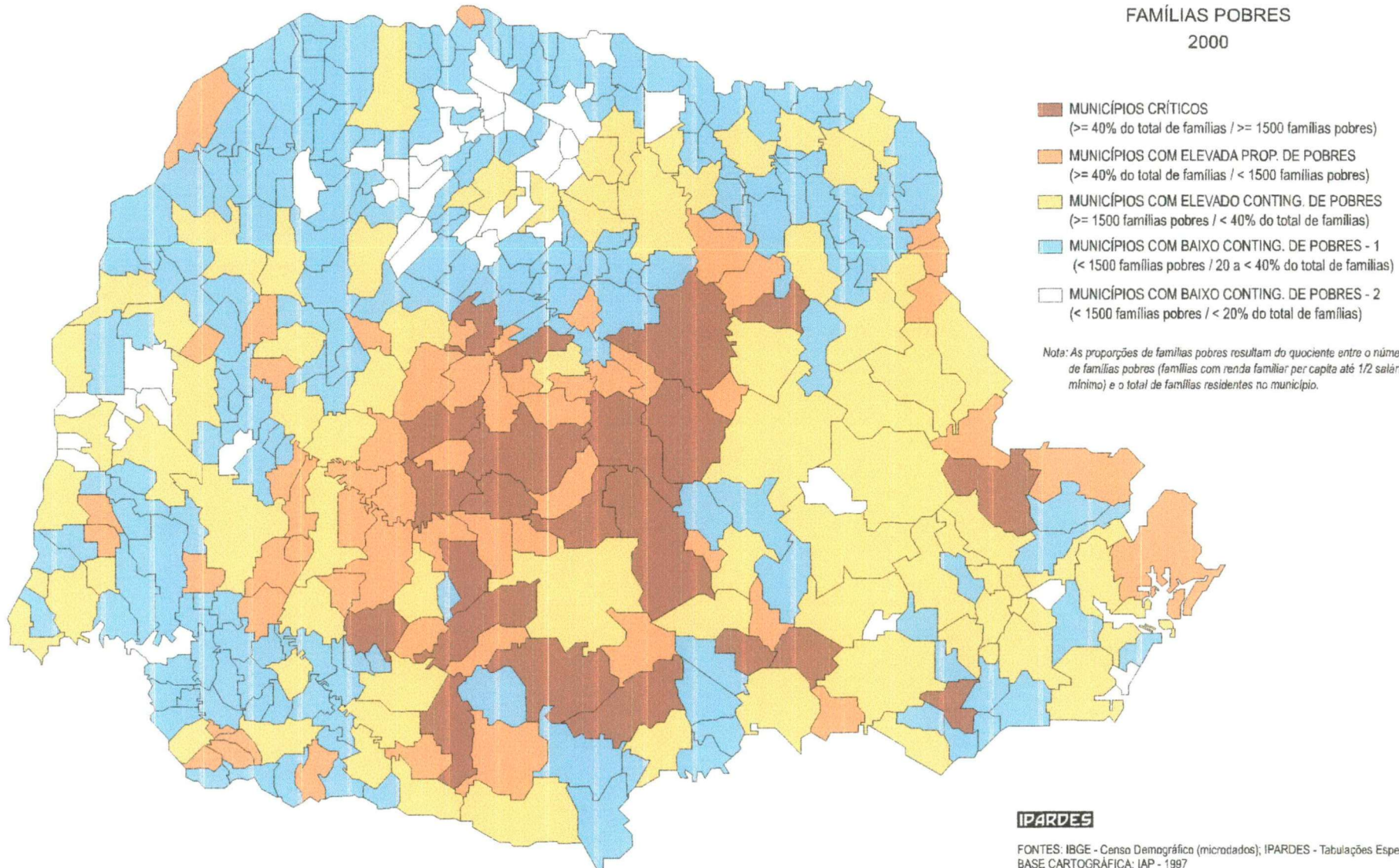
Na ilusão de encontrar essas oportunidades nas cidades e, em busca de melhores condições de vida, pessoas abandonam o campo, engrossando os “vilões” de pobreza, adensando ainda mais as necessidades que os governos devem – ou pelo menos, deveriam – suprir.

O desenvolvimento recente tem seus méritos na área econômica, porém, na social, mostrou-se incompetente para resgatar da pobreza a maioria da população rural e, muito menos inseri-las dignamente no meio urbano.

Muito embora não haja uma solução milagrosa, capaz de acabar com a pobreza no Estado, algo deve ser feito, pois a situação não dá mostras de estagnação. É preciso fortalecer o campo, através da agricultura familiar; a agroindústria, através da cooperativas estancando assim, esse processo de migração rural e, viabilizar a inserção das populações urbanas através da educação.

ESTADO DO PARANÁ

FAMÍLIAS POBRES
2000

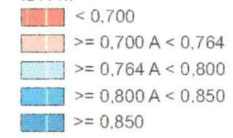


IPARDES

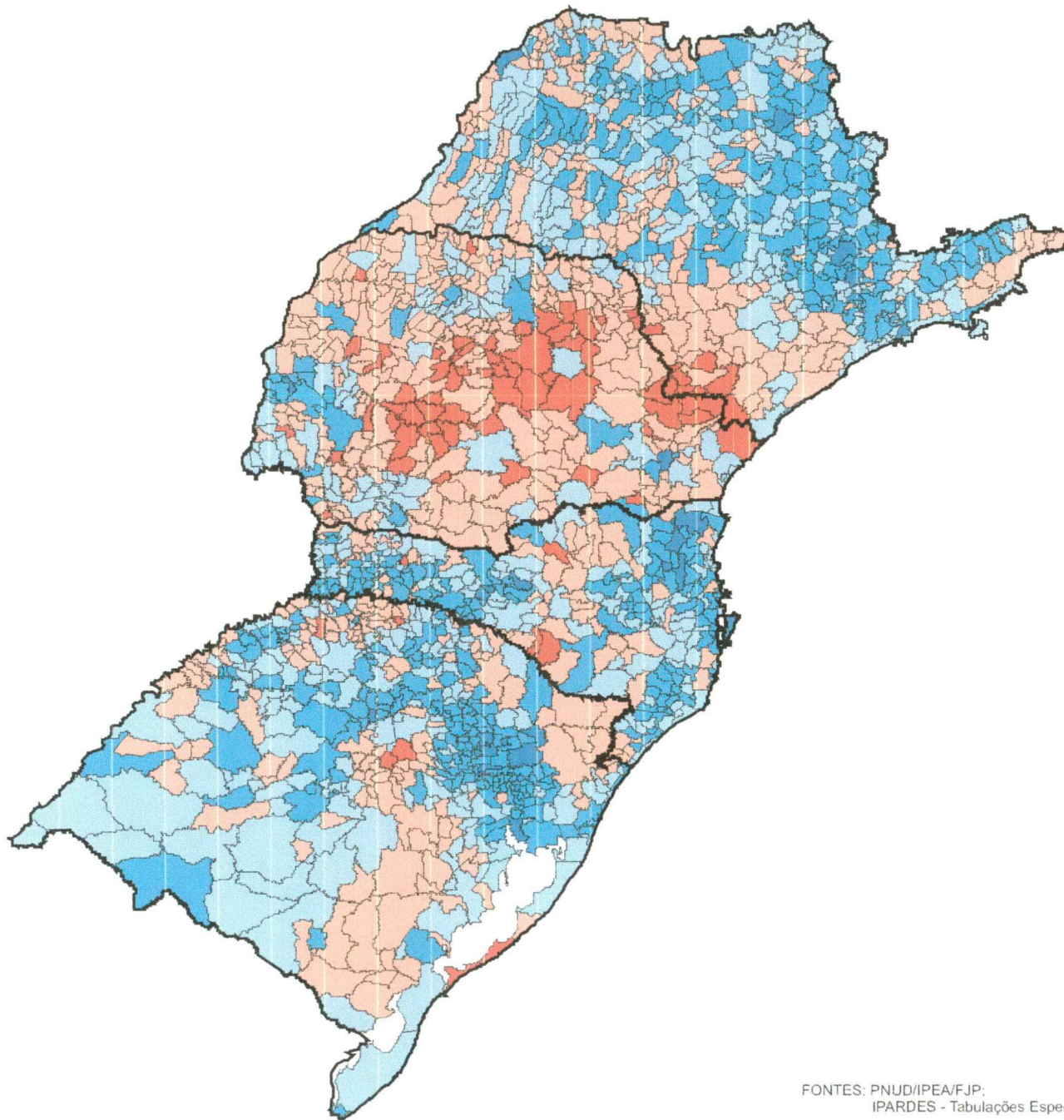
FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais
BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 1997

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO MUNICIPAL - IDH-M
REGIÃO SUL E SÃO PAULO - 2000

IDH-M



Obs: 0,764 é o IDH-M do Brasil.



FONTES: PNUD/IPEA/FJP;
IPARDES - Tabulações Especiais

REFERÊNCIAS

CASTRO, Demian. **Mudança, Permanência e Crise no Setor Público Paranaense: um Balanço da Trajetória Estadual na Segunda Metade do Século XX.** Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas 2005.

IPARDES. **Cenários da Economia Paranaense.** Curitiba, 1987.

IPARDES. **Famílias Pobres no Paraná.** Curitiba, 2003. 55p.

IPARDES. Paraná: **Diagnostico Social e Econômico.** Curitiba, 2003. 114p.

IPARDES. **Leituras Regionais: Mesorregiões Geográficas Paranaenses: sumario executivo.** Curitiba, 2004. 32p.

IPEA. **Redes Urbanas Regionais:** Sul. Brasília, 2000. 206p.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **O Paraná nos anos setenta.** IparDES: Concitec, Curitiba, 1989.

LOURENÇO. Gilmar Mendes. **A Economia Paranaense nos Anos 90.** Um Modelo de Interpretação. Ed do Autor, Curitiba, 2000.

MAGALHÃES. Marion Brephol de. **Paraná, Política e Governo.** SEED, Curitiba, 2001.

NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações.** SEED, Curitiba, 2001.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e Industrialização no Paraná.** SEED, Curitiba, 2001.

www.pnud.org.br/idh

www.frigollete.com.br/geoecon/menuecon.html